



Um ano de genocídio, um ano de resistência palestina + pag/24 a 26

Apesar das tendências de luta das massas, as direções e as esquerdas em geral desviam os explorados para o beco sem saída das disputas eleitorais

EDITORIAL

+ pag/2+3

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024 **BALANÇO**

1º turno das Eleições Municipais dá a maior vitória à direita desde a ditadura militar.

Voto Nulo no 2º turno, contra todas as candidaturas burguesas, e em defesa da independência de classe!

+ pag/4+5

SINDICAL + pag/12

Governo Tarcísio destrói carreira do magistério paulista *com ajuda da burocracia sindical*

INTERNACIONAL + pag/27+28

Declarar a guerra total aos opressores e avançar na luta de classes por toda parte!



PALESTINA

Pela derrota do sionismo e do imperialismo na Palestina!

UCRÂNIA

Pela derrota da OTAN e do imperialismo na Ucrânia!

Apesar das tendências de luta das massas, as direções e as esquerdas em geral desviam os explorados para o beco sem saída das disputas eleitorais



A greve dos servidores do INSS completa 3 meses de duração.

A Federação Nacional de Associações de Servidores Públicos (Fenasps) não aceitou assinar acordo de miséria com o governo federal, como fizeram as direções subordinadas ao governo federal. Mas a Fenasps busca a via da pressão parlamentar para reabrir negociações. Enquanto isso, seguem-se os protestos pelo país e em Brasília.

//
...

O governo Lula/Alckmin continua servindo para subordinar e centralizar politicamente as organizações de massa, por meio de suas direções burocráticas, que realizam a conciliação de classes em sua pior forma: a de negociação no campo dos ataques patronais ditados pelos exploradores e seus governos.

A greve do INSS concentra elementos da situação nacional. De um lado, mostra uma tendência de luta entre o funcionalismo, que suporta a greve já por 90 dias. De outro, mostra como o divisionismo imposto pelas direções enfraquece os movimentos e as greves. Note-se que houve greve nas universidades federais, extremamente generalizada, combativa, mas que acabou sem um reajuste salarial para este ano, e sem garantia das condições de sobrevivência orçamentária para as unidades universitárias. Os Correios também fizeram sua greve, divididos pelas federações, sendo a cutista, governista, a que não fez a greve. Esses movimentos provam que havia possibilidade de uma greve

geral do funcionalismo, que poderia ter a força necessária para pressionar o governo a atender as reivindicações. E que isso não aconteceu por responsabilidade exclusiva das direções.

Enquanto os explorados não se unem para enfrentar com suas lutas os ataques dos governos e patrões, estes continuam a atacar as condições de vida e trabalho, em função de garantir as condições orçamentárias para o parasitismo da dívida pública – por meio do Arcabouço Fiscal e da Reforma Tributária, fora os rearranjos com cortes de verbas, conhecidos por bloqueios orçamentários –, assim como precarizando o trabalho e privatizando as estatais. As frações da burguesia nacional negociam livremente entre si e com o governo todo tipo de vantagem parasitária e particular, pois não estão sob a pressão dos movimentos sociais. O governo Lula/Alckmin continua servindo para subordinar e centralizar politicamente as organizações de massa, por meio de suas direções burocráticas, que realizam a conciliação de classes em sua pior forma: a de negociação no campo dos ataques patronais ditados pelos exploradores e seus governos.

AS ELEIÇÕES COMO MEIO DE AMORTECIMENTO DA LUTA DE CLASSES

A luta de classes é consequência dos interesses de classe, opostos e irreconciliáveis, entre explorados e exploradores. São as contradições próprias do capitalismo em decomposição que movem massivamente os oprimidos a se chocarem com os opressores e seus governos. Essa base material tem como obstáculo as condições subjetivas das massas e processos políticos históricos: a falta de organização independente, a burocratização e cooptação burguesa de suas organizações de massas, a direitização de suas direções e das correntes e partidos de esquerda, a burocratização dos estados operários construídos pelas re-

voluções proletárias, a ausência de uma direção revolucionária e do partido revolucionário mundial e de suas seções nacionais. Esse conjunto de elementos está na base da falta de consciência e organização coletivas do proletariado e das massas oprimidas. O elemento objetivo – as contradições próprias do capitalismo – é o determinante para que existam condições para uma ampla e radicalizada luta de classes, mas neste momento os elementos subjetivos conseguem ainda evitar que o capitalismo seja colocado abaixo pelos explorados.

AS ELEIÇÕES SÃO PARTE ESSENCIAL DA DEMOCRACIA BURGUESA, MAS NÃO O ÚNICO ELEMENTO

A democracia burguesa floresceu nos países onde o desenvolvimento capitalista foi mais elevado, constituindo uma base material para que esse regime político adotasse uma forma institucional e métodos de dominação burguesa mais adequados ao exercício de seu poder político e econômico. Nos países atrasados, a democracia burguesa foi imposta sobre a base do sistema econômico imposto de fora para dentro, e se desenvolveu de forma mais restrita e deformada, assim como sua base material, um capitalismo atrasado, de desenvolvimento desigual e combinado. Por isso, as democracias dos países semicoloniais se apresentavam como uma caricatura, ficando mais próximas de regimes autoritários que das democracias europeias ou ianque. Todas elas são formas da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria explorada, assim como as ditaduras fascistas, mas têm diferenças.

A democracia burguesa tem como um de seus fundamentos as eleições de seus governantes e parlamentares – em alguns casos, de juízes também. O funcionamento do parlamento e de um poder judicial também são partes fundamentais da democracia burguesa.

(...) a burguesia de conjunto caminha hoje para a direita, e seus governos terão de aprofundar cada vez mais os ataques às condições de vida e trabalho. **Seja com governos fantasiados de esquerda ou com direitistas declarados. Os fantasiados terão de se igualar aos declarados nas suas medidas, ou terão de cair fora.**

Por meio das eleições, a burguesia ilude as massas com a farsa de que quem governa é escolhido pela maioria. Na verdade, as frações capitalistas dividem o poder político entre as forças econômicas, disputando por meio das eleições a parte de cada um no comando do Estado burguês – governos federal, estaduais, municipais. Enquanto as massas permanecerem enganadas por essa farsa, o capitalismo estará seguro.

No início do capitalismo industrial, foi possível obter reformas a partir da pressão das lutas operárias em ascensão, do desenvolvimento das forças produtivas que favoreciam as lutas reivindicativas, pelo crescimento da consciência de classe entre o operariado e da intervenção de bancadas de partidos dos explorados no interior do parlamento. Com o esgotamento dessa fase do capitalismo e domínio dos monopólios e do capital financeiro, as forças produtivas mundiais já não podem dar saltos à frente, só há crescimento significativo à custa de destruição em outra região do mundo. O parlamento já não pode mais oferecer migalhas aos explorados. O capitalismo entra em sua fase de decomposição, e só tem a oferecer ataques às condições de vida e trabalho, guerras e maior opressão em toda linha. A revolução proletária é o meio para libertar as forças produtivas da camisa de força do capitalismo decadente, e pôr fim às guerras e toda forma de opressão.

Acontece que as direções das organizações das massas e as supostas esquerdas insistem em tentar fazer com que o capitalismo dê o que não pode mais dar. Por isso, chamam as massas a se desviarem do caminho da luta de classes para os caminhos institucionais da democracia burguesa em decomposição. Ou seja, chamam a votar em candidatos que supostamente realizariam reformas progressistas, em parlamentares que aprovariam leis que beneficiariam as massas, em pressionar os parlamentares burgueses a mudarem de posição

e de interesses, e assim votarem projetos em favor dos explorados, em judicializar as disputas com os patrões e os governos nos tribunais corrompidos pela burguesia e seu dinheiro, etc.

Essas correntes e partidos conseguem fazer isso porque controlam, ainda que burocraticamente, as organizações das massas. Deformam as assembleias e demais instâncias organizativas, burocratizando-as e as anulando como instrumentos de mobilização, organização, discussão, deliberação e ação das massas. As campanhas salariais deste ano e demais necessidades das massas nacionais e internacionais estiveram o tempo todo subordinadas às campanhas eleitorais e ao desvio para as instituições da democracia burguesa. Pior ainda, estiveram subordinadas à defesa do governo burguês de Frente Ampla de Lula/Alckmin, de aliança da esquerda reformista com a direita e extrema direita burguesas, na qual essas esquerdas compareceram subordinadas à burguesia que se direitiza dia a dia.

Como exemplo negativo, podemos citar o que aconteceu na UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro –, dirigida por petistas, que atacou a permanência estudantil, viveu uma ocupação e greve estudantil, que foi duramente reprimida pela polícia (chamada pela reitoria), com a prisão de três lideranças e até do deputado psolista Glauber Braga, que atuava como mediador entre o movimento e a reitoria. O PT mantém na universidade, nessa e em outras, a política privatista e de destruição do ensino público e gratuito – antes exclusividade da chamada direita.

Para se manterem no aparato governamental, PT e PSOL têm de assimilar e expressar a política burguesa do momento. Como dissemos, a burguesia de conjunto caminha hoje para a direita, e seus governos terão de aprofundar cada vez mais os ataques às condições de vida e de trabalho. Seja com governos fantasiados de esquerda ou com

direitistas declarados. Os fantasiados terão de se igualar aos declarados nas suas medidas, ou terão de cair fora. Servem para enganar as massas que se levantam contra os ataques instintivamente. No final, acabam fortalecendo a burguesia que se direitiza cada vez mais, seja nas medidas reacionárias que são impostas sem combate organizado pelas massas, seja na eleição de governos e parlamentares.

AS POLÍTICAS DAS DIREÇÕES ESTÃO DISSOCIADAS DAS NECESSIDADES DAS MASSAS

O que se pode notar é que as direções agem à margem das necessidades das massas, a partir de interesses particulares. Toda a campanha das direções para arrastar as massas a apoiarem seus candidatos se mostra muito abaixo daquilo que é capaz de fazer a burguesia, que atua em seu terreno próprio de disputa, e sobre a base de um fortíssimo poder econômico. O que resulta numa espécie de nuvem burocrática, que paira sobre os oprimidos, mas que não os arrasta para o céu, nem consegue se elevar acima dele. Não conseguindo nem mesmo deter os ataques dos capitalistas e de seus governos sobre as massas, essas direções chegam ao ponto de assimilarem as políticas e propostas burguesas em suas campanhas eleitorais, e até dentro dos sindicatos. A falência de suas políticas de reformas do capitalismo as coloca em posição favorável a serem arrastadas pela direitização geral da burguesia.

O drama das massas está na ausência de seu partido revolucionário enraizado nos movimentos dos explorados. Sem a direção revolucionária, os movimentos são contidos pelas direções, traídos, derrotados pela repressão, ou retornam ao ponto de partida. A principal tarefa colocada é a construção dessa direção, assentada no programa da revolução e ditadura proletárias, expressão do socialismo científico, e produto das lutas e do sangue dos oprimidos no mundo todo. ●

1º turno das Eleições Municipais dá a **maior vitória à direita desde a ditadura militar.**

Voto Nulo no 2º turno, contra todas as candidaturas burguesas, e em defesa da independência de classe!

O 1º turno das eleições municipais de 2024 mostrou as massas sendo arrastadas pela disputa entre as frações da burguesia, principalmente pelos partidos de direita e de extrema direita. Pela primeira vez, desde 2004, os votos nulos, brancos e abstenções registraram uma queda, ainda que pequena. O que quer dizer que mais explorados se subordinaram à disputa entre seus exploradores pela via eleitoral. A disputa eleitoral é um campo próprio da burguesia, e serve para iludir as massas oprimidas por meio da mentira de que pelo voto estão decidindo quem vai governar e que se cumprirão as promessas feitas. A verdade é que são as frações capitalistas, o poder econômico, quem decide quem vai governar (e qual o programa e medidas do governo eleito), e disputam entre si a fatia de poder que terão em mãos por meio das urnas. Enquanto as massas estiverem iludidas por essa mentira, o capitalismo estará seguro, e com ele a exploração e a opressão de todo tipo. Quando as massas estiverem emancipadas desse engodo, conquistarem sua independência de classe

e conquistarem suas organizações próprias, assentadas na democracia operária, para tomarem em suas mãos a resolução de seus próprios problemas, estarão caminhando para longe das ilusões democráticas burguesas e avançando para a revolução proletária.

OS RESULTADOS COMPROVAM QUE A POLÍTICA DA FRENTE AMPLA SUBORDINOU AINDA MAIS A ESQUERDA E FORTALECEU A DIREITA E A EXTREMA DIREITA

O partido de melhor desempenho foi o PSD de Kassab (que é de extrema direita no Paraná, por exemplo), seguido de perto pelo MDB, que são parte da base de sustentação do governo burguês de Frente Ampla de Lula/Alckmin. A seguir, vêm o União Brasil e o PP, ambos também sustentam o governo Lula. Todos eles são de direita ou extrema direita (o União Brasil é fruto da fusão do DEM com o PSL bolsonarista). Logo a seguir, vêm os dois partidos de oposição, o PL de Bolsonaro e o Republicanos, de Tarcísio de Freitas. O PT aparece em 9º lugar, com pouco mais de duzentas prefeituras, todas do interior. Nas capitais, o PT disputará duas prefeituras importantes, uma como vice, em São Paulo, onde Boulos tende a perder a eleição para a unidade das forças de direita no 2º turno; e em Porto Alegre, onde o direita Sebastião Melo teve 49,5%, e tende a vencer o 2º turno facilmente. O PSOL perdeu as quatro prefeituras que tinha, e teve 91% de

votos contrários na disputa em Belém, onde governava.

No 2º turno, a tendência é a de Lula apoiar candidatos dos partidos de direita, isto onde for possível. O que concluirá a disputa eleitoral com ainda maior fortalecimento desses partidos.

As esquerdas jogaram todo peso na disputa eleitoral, afirmando que o objetivo central seria o de combater a extrema direita nas eleições. Direitizaram suas campanhas, fizeram alianças, contiveram os movimentos sociais, buscaram mudar suas posições para deixá-las ao agrado dos eleitores conservadores. O resultado foi precisamente o oposto daquele anunciado: acabaram fortalecendo e muito a direita e extrema direita burguesa, não apenas nas eleições, mas nas medidas que os governos burgueses de direita despejam sobre as massas.

As prefeituras são parte da máquina governamental burguesa, de seu Estado, e só podem servir aos interesses da classe dominante, seja com um candidato ou com outro. A defesa das reivindicações das massas somente pode ser feita por meio da luta de classes, que impõe à burguesia e a seus governos as reivindicações das massas. É essa correlação de forças, concreta, que se impõe no campo da luta de classes, que estabelece se os governos das diversas instâncias de poder são ou não capazes de impor as

medidas de ataques às condições de vida e trabalho dos explorados, e não a disputa eleitoral.

Hoje, vivemos um momento em que o conjunto das frações burguesas caminha para a direita, e se estreita a democracia burguesa em toda parte. Trata-se de uma necessidade da classe dominante, diante da crise mundial do capitalismo, que se arrasta com altos e baixos desde 2008, e que impõe a necessidade de atacar as condições de vida e trabalho das massas, para proteger o parasitismo financeiro e aumentar a superexploração do trabalho, precarizando-o e desvalorizando a força de trabalho em toda linha. Essa necessidade obriga a burguesia a ser cada vez mais reacionária, repressiva, antidemocrática, obscurantista e negacionista, o que vai repercutir numa democracia burguesa cada vez mais estreita, repressiva e autoritária.

A TÁTICA ELEITORAL DE BOULOS E DO PT EXPRESSA BEM A DIREITIZAÇÃO DAS ESQUERDAS

Boulos concorreu novamente à prefeitura, catapultado pela ida ao 2º turno em 2020. Teve de mudar de posição e expressar políticas reacionárias, tais como a condenação ao Hamas na Palestina e a não aceitação de Maduro como presidente da Venezuela, em ambos os casos fazendo coro com o imperialismo estadunidense. Aceitou financiamento de origem sionista em sua campanha. Propôs dobrar



a Guarda Civil Metropolitana e colocar um coronel comandante da ROTA assassina de pobres e negros como seu futuro secretário de segurança pública, como resposta à criminalidade crescente. Sua vice, Marta, condenou veementemente as “invasões” (ocupações de terras para moradia), que fazem o MTST e outras organizações em São Paulo. Boulos renunciou ao seu passado no MTST para supostamente atrair eleitores conservadores.

O resultado dessa pagaiada foi o retrocesso da votação do reformismo petista nas zonas Leste e Sul da cidade de São Paulo, onde tradicionalmente vencia. Somente o extremo Leste salvou Boulos para ir ao 2º turno. No Sul, perdeu votos para Nunes, e no meio Leste perdeu votos para Marçal. Ganhou nas regiões centrais de classe média, e nos extremos Norte e Leste, apenas. Pode-se afirmar que a política de se apresentar confiável aos eleitores conservadores fracassou rotundamente, além de fazer perder votos onde tradicionalmente o PT vencia.

O deslocamento do conjunto da burguesia para a direita arrastou o conjunto da esquerda. Se o reformismo assumiu propostas antes defendidas por crápulas da política burguesa, como Maluf e Quéricia, as pretensas esquerdas “revolucionárias” também direitizaram suas campanhas. O PSTU tentou se projetar com as antigas propostas reformistas do PT, mas fracassou, teve ainda menos votos que antes. O MRT, que já antes do 1º turno cobrava de Boulos que assumisse a defesa da legalização do aborto, indicando portanto seu voto “crítico”, também regrediu.

A VITÓRIA ELEITORAL DA DIREITA E EXTREMA DIREITA FAVORECERÁ MAIS ATAQUES REACIONÁRIOS CONTRA AS MASSAS

O governo reacionário de Tarcísio de Freitas, no Estado de São Paulo, tem conseguido dar passos no sentido de aprofundar as medidas de privatizações e precarização do trabalho, sem que haja resistência do movimento de massas. A responsabilidade é inteiramente das direções, que se negam a organizar e unificar as lutas, e assim deixam o caminho livre para que o governo imponha as medidas reacionárias, e assim se fortaleça a extrema direita.

Agora, as vitórias de candidatos direitistas e extremo direitistas em todo o país devem abrir ainda mais terreno para que se apliquem as medidas de privatizações e precarização do trabalho. A desmobilização para não amedrontar o eleitorado conservador, colocada em prática pelas direções do conjunto das esquerdas, conduz inevitavelmente ao fortalecimento da mesma extrema direita que afirmavam combater.

O QUE FARÃO AGORA AS ESQUERDAS. EM DEFESA DA 'DEMOCRACIA'. CONTRA A EXTREMA DIREITA?

Na eleição em São Paulo, as esquerdas já tinham telegrafado que iriam chamar o voto em Boulos, no 2º turno. As candidaturas “esquerdistas” de 1º turno foram apenas formais. Novamente, a Frente Ampla governista centralizará as esquerdas ao redor dos candidatos apoiados pelo governo, como ocorreu já em 2022. O PSTU já anunciou que apoiará “criticamente” Boulos. Expressa a subordinação do partido a uma candidatura com conteúdo de classe burguês, ainda que

com diferenças com Ricardo Nunes. Chamará portanto os explorados a votarem numa candidatura dos exploradores, ainda que seja de uma parte deles, contra a outra. Contribui assim para dificultar que os explorados adquiram independência de classe, e continuem subordinados aos seus opressores. O MRT diz apenas que estará junto a todos os que querem derrotar Nunes, Tarcísio e Bolsonaro... ou seja... votará em Boulos. Também ajuda a manter as massas sem sua independência de classe.

//

...

As candidaturas “esquerdistas” de 1º turno foram apenas formais. Novamente, **a Frente Ampla governista centralizará as esquerdas ao redor dos candidatos apoiados pelo governo, como ocorreu já em 2022.** O PSTU já anunciou que apoiará “criticamente” Boulos. Expressa a subordinação do partido a uma candidatura com conteúdo de classe burguês, ainda que com diferenças com Ricardo Nunes.

Ainda será preciso descobrir o que farão as esquerdas diante das disputas de 2º turno entre candidatos de partidos direitistas da base do governo contra bolsonaristas. O PT e o PSOL tendem a se perfilar “contra a extrema direita”, em favor da direita “democrática”, nova invenção da sociologia burguesa mundial. As demais esquerdas, ainda não se sabe ao certo. Um voto nulo seria muito contraditório com o discurso anterior, mas não pode ser descartado. O oportunismo não tem princípios.

A DEFESA DE UMA POSIÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DE CLASSE

Diante da impossibilidade de lançarmos candidatos para denunciar as eleições e a democracia burguesas,

defender o programa revolucionário e impulsionar as lutas das massas por suas próprias reivindicações, com seus próprios métodos, fomos obrigados a defender o voto nulo. Fizemos isso para nos opormos e denunciarmos o conjunto dos candidatos da burguesia, sua democracia burguesa decomposta e sua ditadura de classe, seus partidos e instituições, defendermos a construção do partido revolucionário sobre a base do programa da revolução proletária, contrapormo-

nos às esquerdas democratizantes, que se diretizam e bloqueiam as lutas e movimentos em função de seus interesses eleitorais e de aparelho e cargos, e defender que as massas tomem a resolução de seus problemas em suas próprias mãos.

Agora, no 2º turno, reafirmamos essa posição, e nos separamos daqueles que enganam as massas ou ajudam a enganá-las em troca de benefícios particulares. Somente é possível uma real defesa da independência de classe no 2º turno por meio desse voto nulo, com esse conteúdo que apresentamos.

**PELO
VOTO
NULO**

Governo Lula regulamenta as “BETS”: *quais interesses estão por trás do mercado de apostas?*

O governo de Lula vem caminhando na regulamentação da atividade das apostas, as assim chamadas “bets” (chamadas pela imprensa burguesa de “bets”, um estrangeirismo que serve para encobrir o nome “aposta”). Trata-se da legalização das casas de apostas, que até 2023 eram proibidas no Brasil, assim como todos os jogos de azar. Na verdade, mesmo antes de qualquer regulamentação, casas de apostas estrangeiras vêm atuando no Brasil, valendo-se de sites hospedados no exterior. Trata-se do capital na sua forma mais degradante, que expõe a face predatória da burguesia, que atua verdadeiramente como um parasita, que suga as economias dos assalariados.

O problema para o governo era, então, regulamentar para arrecadar com a atividade, já que o governo do Brasil é simplesmente incapaz de controlar os sites de apostas no estrangeiro, pois isso implicaria em controlar a própria internet do país. Como se sabe, o Brasil não possui o mínimo de soberania na área de informática e tecnologia, e utiliza o aparato dos Estados Unidos para se conectar. Ou seja, o governo Lula, por seus compromissos com o imperialismo, é incapaz de conter a sanha da burguesia por lucros com seu capital acumulado. Então, vem trabalhando para regulamentar a atividade e obter impostos com isso. Fernando Haddad, ministro do governo burguês do PT, acaba de anunciar que será antecipado para outubro o prazo para que somente as casas de apostas regulamentadas possam funcionar, na prática legalizando a atividade das apostas.

As casas de apostas funcionam assim: como elas detêm um grande capital, podem dar-se ao luxo de perder nas primeiras rodadas. O operário começa apostando pouco, e ao ver os ganhos, duzentos, quinhentos, mil reais, logo fica viciado. E, quando ele perde, perde tudo. Do ponto de vista do capital investido pela casa de apostas, as primeiras perdas não significam nada. Assim como aquele ganho tirado do indivíduo, por mais que seja catastrófico para o orçamento familiar, é nada diante do montante acumulado diariamente. Isso porque a casa de apostas atinge milhares de pessoas todos os dias, e assim, somados as perdas e os ganhos, a casa de apostas sempre acumula. É questão de probabilidade. Todas as perdas da casa funcionam na verdade como gatilhos para os novos ganhos, muito maiores, que provavelmente virão.

É um negócio que não tem como dar errado, desde que seja possível fazer uma propaganda em larga escala. Essa propaganda já era veiculada muito antes do governo regulamentar a coisa. Era veiculada nas mídias sociais do imperialismo, através dos “influenciadores digitais”, e pela internet em geral. Outra parte do negócio, portanto, é a propaganda.

O negócio das apostas funciona criando um mecanismo de vício, e a classe operária é alvo fácil para esse tipo de diversão, assim como para o vício com álcool e outras drogas ilícitas. Uma classe depauperada, que não tem como acessar teatros, cinemas, museus, comprar livros, fazer exercícios, que é explorada 44 horas na semana, para receber um salário de R\$ 1.400,00, e que busca no lazer decadente um alento para sua condição cada vez mais miserável.

O álcool é para o corpo o que a aposta é para a mente da classe operária, uma distração dos sofrimentos físicos e men-

tais da opressão capitalista. Uma distração para a fome, para as contendas geradas pelas necessidades materiais. O vício em apostas já está tirando tanto do orçamento dos explorados, que até mesmo a federação dos bancos se mostrou preocupada, defendendo a proibição do uso de cartão de crédito para o pagamento das bets. É claro que a preocupação deles não é com a saúde mental e financeira do operariado, mas sim com seus próprios lucros. No dia 23 de setembro, o vice-presidente Geraldo Alckmin se reuniu com capitalistas do varejo nacional, que também pediram a mesma proibição defendida pelos bancos.

O negócio já movimenta cerca de R\$ 130 bilhões por ano, de acordo com dados divulgados pela imprensa burguesa. Recente estudo publicado pelo Banco Central aponta uma situação alarmante. Através do cruzamento de dados pessoais dos cadastrados com as movimentações via PIX, em transferências realizadas para as bancas e cassinos online, apurou-se que cerca de 8,9 milhões de pessoas cadastradas no Bolsa Família transferiram cerca de 10 bilhões de reais. A maior parte dos apostadores são jovens, de 20 a 30 anos, iludidos com a propaganda burguesa de enriquecimento rápido e ilimitado. O endividamento cresce, sendo que 70% dessas pessoas são chefes de família.

O governo Bolsonaro deu início à regulamentação da atividade, e o governo petista a está completando. Em 2023, Haddad abriu um prazo para cadastro das bancas, e até outubro deve-se conceder a legalidade para a atividade. O governo espera arrecadar 12 bilhões de reais por ano com a regulamentação do negócio. Apesar de em seu discurso Lula dizer que está com medo do endividamento das famílias, ele é incapaz de abrir mão do dinheiro que virá com a regulamentação, já que qualquer aumento da arrecadação servirá para dar fôlego ao Arca-bouço Fiscal, ou seja, à proteção do parasitismo financeiro.

Como se pode ver, o governo burguês petista só tem a oferecer derrotas e submissão aos interesses da burguesia imperialista no país. Abandonou há muito tempo as bases em que se apoiou no passado. Distanciou-se cada vez mais das bandeiras próprias e imediatas da classe operária: salário mínimo vital, emprego para todos, reforma agrária. Por trás do seu discurso de “defesa da democracia”, esconde a defesa dos interesses da classe capitalista, em suas diversas frações. Vem reprimindo toda tentativa de erguimento de greves e movimentos organizados dos trabalhadores. Diante dessa situação, é dever de todos os revolucionários do país trabalhar pela organização própria dos trabalhadores, em seus sindicatos, e fazer acontecer uma forte resistência aos avanços da burguesia, que representam a decadência moral e econômica da classe operária.

O PPRI defende a classe operária do vício destrutivo que a propaganda da burguesia espalha, denunciando seu caráter fraudulento e explorador. Denuncia os lucros da burguesia e o sistema capitalista, que cretiniza a classe operária, deixando-a doente e viciada. Rechaça as bets, com ou sem regulamentação. Conclamamos a vanguarda com consciência de classe a engrossar as fileiras do Partido Revolucionário, a fim de combater de forma organizada a sanha da burguesia nacional e imperialista, e construir a revolução, que levará a classe operária ao poder. ●

Novos bloqueios do orçamento federal em 2024

Como já fez no primeiro semestre, o governo apresentou novos bloqueios orçamentários para este ano. O total deve chegar a R\$ 13,3 bilhões e atingir ministérios como os da Saúde, da Educação e das Cidades.

Conforme já apontamos em matérias anteriores, os cortes e os bloqueios fazem parte da política do Arcabouço fiscal, política econômica central do governo burguês de Lula/Alckmin. Objetivam manter o déficit zero (ou próximo da margem que a LDO estabeleceu) para preservar o pagamento de juros da Dívida Pública. Nesse sentido, entre os diferentes governos que se sucederam desde FHC, não houve uma mudança essencial na política econômica, que se manteve pró-capital financeiro, desviando centenas de bilhões do orçamento, das riquezas nacionais, para o parasitismo da Dívida.

Também não é de espantar que,

ao mesmo tempo que o governo tenha bloqueado mais recursos do orçamento público, o Banco Central, através do Copom, tenha aumentado, em setembro, a taxa básica de juros em 0,25%, chegando a 10,75% a.a. Houve unanimidade quanto ao aumento, desmentindo a tese de que o governo e Lula, em específico, seu diretor indicado Gallipoli, seriam contrários à elevação da taxa de juros. Na verdade, são duas medidas que se complementam: tanto o bloqueio/corte quanto o aumento da taxa de juros atuam para favorecer o capital financeiro; o governo paga mais em juros e a Dívida cresce continuamente.

Quanto ao bloqueio em si, as áreas mais afetadas são, como sempre, as dos serviços sociais. A Saúde perderá R\$ 4,5 bilhões, e a Educação, R\$ 1,4 bilhão. O pseudo “desenvolvimentismo” do governo também cai por terra, ao se observar que o ministério das Cidades perdeu R\$ 1,4 bilhão, e o

PAC, R\$ 3,7 bilhões.

Como se vê, o governo de Frente Ampla segue atacando os serviços públicos e os servidores (como as greves deste ano estão demonstrando – Educação, Correios, INSS), sem que haja um movimento nacional unitário de luta contra as suas medidas. As greves deste ano mostraram que existem condições para travar essa luta nacional para frear os ataques e impor as reivindicações comuns. Mas, a colaboração de classes entre os sindicatos e as Centrais e o governo federal impede que os movimentos se projetem pela via da luta de classes, em movimentos unificados e nacionais. As greves, quando ocorrem, ficam isoladas e definham. É preciso continuar a denúncia, e desenvolver a oposição revolucionária a mais esse governo burguês, além da denúncia e luta contra as burocracias sindicais que obstaculizam a luta dos assalariados e a defesa de seus direitos. ●

Múcio pressiona para a retomada do contrato dos obuseiros com a israelense Elbit. As *direções e partidos governistas se recusam a convocar mobilizações para não prejudicar seus candidatos*, financiados e apoiados por pró-sionistas.

As massas podem impor ao governo a ruptura total de relações e contratos com Israel por meio da luta de classes

José Múcio, Ministro da Defesa, propôs a Lula retomar a compra dos obuseiros da Elbit Systems de Israel por R\$ 1 bilhão, após três meses suspensa. Dinheiro por compras de equipamentos, tecnologia ou serviços israelenses acabam como fontes de financiamento adicionais da maquinaria bélica sionista, que prossegue o genocídio palestino. A ONU, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) e organismos internacionais aprovaram o embargo de armas para Israel, após serem aprovadas resoluções em que se acusa Israel por genocídio

e ocupação de terras “ilegalmente” na Palestina.

Por enquanto, o contrato está “congelado”, porque não existe qualquer “ordem executiva” para cancelá-lo ou para reabrir a licitação. Múcio e o chefe do exército, Miguel Ribeiro Paiva, continuam pressionando para que se mantenha o contrato. A proposta de Múcio é ratificar a compra de apenas dois obuseiros, para depois, segundo uma “nova cláusula” contratual, comprar os 34 restantes, verificada sua qualidade e funcionamento. Nos fatos, Múcio age como advogado e funcionário dos sionistas,

e não como Ministro de um país obrigado internacionalmente a aplicar embargos e romper contratos com um estado comprovadamente genocida. Para Múcio, não há como comprovar que o R\$ 1 bilhão possa financiar os massacres em Gaza: “Precisava provar que foi o dinheiro dos obuseiros que financiou aquela guerra”, disse o Ministro. Tampouco seria decisivo para Múcio o valor da compra para fazer do Brasil responsável por financiar o genocídio. Eis: “Não estamos fazendo uma compra gigantesca de Israel”. É como se um Ministro de um país,

nas décadas de 1930 e 1940, denunciasses o holocausto judeu, mas defendesses manter contratos com os nazistas, porque seria impossível “comprovar” se o dinheiro é usado na matança industrial de judeus!

Qualquer compra de um produto israelense financia a maquinaria estatal e as instituições militares e civis de um estado comprovadamente genocida. Israel é um estado criado artificialmente, de fora para dentro, para servir à colonização imperialista e sionista de territórios, e ao roubo de riquezas a serviço dos lucros monopolistas. Eis



//

...

Os militantes que apoiam a frente ampla burguesa festejaram a suspensão de contratos, mas **nada fazem para mobilizar as organizações de massas contra o genocídio, para não perder votos e apoio de financiadores de seus candidatos.** Os governistas **trocaram a governabilidade e as eleições por vidas palestinas.**

porque o terrorismo e genocídio são suas marcas de nascerença, o que mais uma vez foi comprovado pelo ataque terrorista do sionismo contra o Líbano. Por outro lado, a economia israelense se sustenta exportando tecnologia e equipamentos com aplicações militares. Faltam-lhe recursos naturais e industriais para garantir por si mesmo suas necessidades industriais e matérias-primas. Qualquer ruptura de um contrato com qualquer empresa ou instituição de Israel seria, portanto, um golpe na sua capacidade de continuar o genocídio. O regime sionista, seu estado e estrutura política e, em grande parte, suas relações sociais, foram baseadas em 76 anos de genocídio, ocupação e limpeza étnica, fazendo desse estado (e sua sociedade) uma maquinaria sistemática de apartheid racista e brutal opressão nacional. A maioria de sua população apoia a expulsão de palestinos e roubo de suas terras para expandir o estado sionista, portanto, pouco importa se o dinheiro da compra é destinado para estruturas civis ou militares. Só um agente e defensor do sionismo ou quem está envolvido em negócios lucrativos com ele pode chegar a dizer o que Múcio diz.

O genocídio palestino é televisionado, comprova-

do por médicos e pessoal de agências humanitárias da ONU, reconhecido pelos organismos de direitos humanos e a CIJ, governos e estados, etc. Será que, para Múcio, um bilhão é pouca coisa, comparada com centenas de bilhões dos EUA? Segundo essa lógica, o Brasil seria responsável, sim, mas não tanto como os norte-americanos – seriam poucas vidas palestinas debitadas ao Brasil. A possibilidade de deslocar a produção do armamento para o Brasil não muda em nada a relação de cumplicidade do governo Lula. A empresa que o faria está sob controle de capitais sionistas e imperialistas. Portanto, a troca da produção externa para a interna fará do país uma “plataforma produtiva” do genocídio. Essa alternativa, proposta por Múcio, faria do país uma engrenagem dos negócios que movimentam o holocausto na Palestina.

Há quem diga que Múcio é um corpo estranho no governo, e que sua ação é a de um indivíduo alinhado à direita, ou com interesses particulares. Há quem lembre que Lula denunciou o genocídio, para depois justificar que, se ainda não rompeu relações, é porque está “cercado” pela direita, e obrigado a garantir sua governabilidade. Conversa mole e autoengano, para

continuar apoiando um governo que sustenta, nos fatos – política e economicamente –, o genocídio palestino.

É decisão do presidente não romper relações diplomáticas, e por isso a embaixada de Israel é um foco de intervencionismo na política nacional, para defender os interesses sionistas. É por decisão do poder executivo (e dos interesses imperialistas) que a Petrobras continua enviando petróleo para Israel, combustível que alimenta aviões, tanques, etc. que trucidam vidas palestinas. É por decisão do governo que a PF e a Justiça, sob comando do Mossad, perseguem, atacam e expulsam do país familiares e refugiados palestinos. É por interesses eleitorais que se bloqueia e impossibilita qualquer ação organizada e radicalizada dos trabalhadores que ataquem os interesses dos sionistas em nosso país. Os militantes que apoiam a frente ampla burguesa festejaram a suspensão de contratos, mas nada fazem para mobilizar as organizações de massas contra o genocídio, para não perder votos e apoio de financiadores de seus candidatos. Os governistas trocam a governabilidade e as eleições por vidas palestinas.

Nunca um governo burguês eleito com apoio do

imperialismo (a burguesia sionista é sua fração poderosa) romperá com seu amo. Pode até criticar tal ou qual aspecto, emitir pronunciamentos, para manter as massas ludibriadas com vãs esperanças. Lula pôde ainda falar do genocídio, mas não romper relações com os genocidas, cujos interesses e defensores estão dentro do governo, nas disputas e campanhas eleitorais, nos fundos e bancos de investimentos que parasitam a dívida pública, no Congresso, e entre a burocracia estatal, no que se publica ou não na grande mídia burguesa, etc.

As greves e ocupações nas fábricas, o bloqueio de portos, as manifestações de rua, o boicote ativo contra o envio de petróleo a Israel, as ocupações e greves estudantis e de professores nas universidades que mantêm relações acadêmicas e institucionais com instituições de Israel, enfim, todo e qualquer método coletivo e baseado na ação direta de massas são os únicos meios que podem ajudar na derrota dos sionismo e imperialismo. Os explorados, com os métodos da luta de classes, constituem a única força social capaz de impor que o governo rompa imediatamente todos os acordos entre Brasil e Israel, como o da Elbit. ●

GREVE DO INSS - GOVERNO LULA TENTA CORTAR O PONTO DOS GREVISTAS

A greve dos servidores federais do INSS, iniciada em 16/07, apesar do isolamento realizado pelas burocracias sindicais governistas, continua.

O Governo Federal, desde o início, se recusou a negociar a pauta de reivindicações, mesma postura que teve com as demais greves (instituições federais de ensino, Correios, etc.). No início da greve, o governo ingressou no Poder Judiciário com base na lei antigreve, para exigir que a maior parte dos grevistas garantisse o serviço nas agências. Depois, diante da continuidade do movimento, assinou acordo com um sindicato governista biônico que não faz parte do movimento grevista, para pôr fim à greve, similar ao que fez com o PROIFES (no caso das universidades federais), tentando confundir e dividir o movimento. Agora, a última medida de ataque à greve ocorreu no dia 20/09, quando o governo publicou um Ofício da Presidência do INSS, determinando que haja, a partir daquela data, o corte de ponto dos grevistas, com a marcação de falta injustificada. O objetivo, além de atingir o bolso dos grevistas, é preparar as perseguições políticas com exonerações de servidores em estágio probatório, abertura de processos administrativos disciplinares por abandono de cargo, etc.

No dia 24/09, membros do Comando Nacional de Greve

ocuparam o prédio da Direção Central do INSS em Brasília, para exigir o fim das perseguições. Ao mesmo tempo, a Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps) ingressou com um Mandado de Segurança no STJ, conseguindo uma liminar pela suspensão do corte de ponto.

Para a greve ser vitoriosa, ela deve manter as unidades fechadas, não se subordinar à intervenção autoritária da justiça burguesa, manter a greve por tempo indeterminado, e radicalizar os métodos de ação direta, com manifestações de ruas em unidade com os outros setores em greve! Além disso, os grevistas devem exigir que as Centrais sindicais atuem para dar maior visibilidade e para convocarem outros setores em um movimento nacional que se oponha à política de arrocho salarial, aos cortes e bloqueios que os serviços públicos têm sofrido no atual governo. ●

***Pela vitória da greve dos servidores do INSS!
Abaixo a perseguição aos grevistas! Abaixo o corte de ponto! Que o governo Lula atenda integralmente às exigências dos grevistas!***

Tarcísio impulsiona as privatizações e o desmonte das Agências reguladoras, para encher os bolsos dos empresários, à custa de piorar a prestação dos serviços essenciais, enquanto as direções sindicais e populares estão mergulhadas no eleitoralismo.

Defender as empresas públicas e impor a *reestatização sem indenização das privatizadas* sob controle operário, por meio da luta de classes

Já foram leiloadas e entregues ao capital privado, neste ano, a Sabesp, a Linha 7 da CPTM e o Trem Intercidades (com participação de capitais estatais chineses). Vêm aí as privatizações da Linha 5 do metrô e do Monotrilho, ônibus interurbanos etc. Para favorecer e acelerar esse processo, o governo direitista de Tarcísio apresentou o *Projeto de Lei Complementar (PLC) 35/24* na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), que dá faculdades extraordinárias às agências de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) e à Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp), além de criar uma nova agência reguladora: a SP Águas. O PLC 35/2024 já recebeu 111 emendas e um substitutivo.

As agências reguladoras deverão “fiscalizar” o cumprimento dos contratos e marcos regulatórios para as privatizações já realizadas e as que virão: Metrô, CPTM, ônibus metropolitanos, transporte hidroviário,

rodoviárias (está por ser aprovada a licitação da construção da “Nova Raposo Tavares”). As privatizadas operarão sob controle de agências de controle esvaziadas, e marcos regulatórios favoráveis, para os capitalistas maximizarem seus lucros, à custa da redução da qualidade e quantidade dos serviços.

A ofensiva privatizante acontece em meio ao abandono da luta por parte das direções sindicais, políticas e populares dos movimentos e organizações de massas. Os governistas que dirigem os sindicatos dos trabalhadores da Sabesp, ferroviários e metroviários estrangularam as tendências de luta surgidas desde as bases contra a privatização no ano passado. E neste ano priorizaram as audiências públicas, as negociações com parlamentares e medidas judiciais, visando a não atrapalhar a campanha eleitoral de Boulos. Isso permitiu a Tarcísio avançar rapidamente no leilão e entrega da Sabesp, Linha 7 da CPTM e Trem

Intercidades, sem a resistência massiva e unitária dos assalariados e dos usuários.

A capitulação e imobilismo das direções sindicais e políticas são responsáveis pelo governo Tarcísio aprovar as privatizações a toque de caixa, mostrando como o eleitoralismo, o legalismo e o seguidismo judicial dos estalinistas (CTB, Sabesp), direitistas (Força, CPTM), reformistas (PT e PSOL, Metroviários), e dos centristas (PSTU e seus satélites), levam à derrota dos trabalhadores.

É impulsionando as tendências de luta que se constituirá uma força coletiva que derrotará o governo e se barrarão as privatizações. Para isso, será necessário passar por cima dos burocratas (da direita e da esquerda), e romper a conciliação de classes, organizando oposições revolucionárias que lutem por conquistar sua direção, para transformar os sindicatos em instrumentos da luta de classes. ●

ABAIXO A REPRESSÃO À MANIFESTAÇÃO DO GRITO DOS EXCLUÍDOS EM SÃO SEBASTIÃO!

Erguer um movimento contra os perseguidos e em defesa das liberdades democráticas e das reivindicações!

Manifesto PPRI - 9 de setembro 2024

No dia 7 de Setembro, o Fórum dos Sindicatos, Oposições Sindicais e Movimentos Sociais do Litoral Norte de São Paulo organizou a manifestação do Grito dos Excluídos. O movimento elaborou coletivamente um boletim, cartazes e faixas para intervir ao final do desfile oficial de São Sebastião, organizado pela Prefeitura.

O movimento se concentrou na Rua da Praia, desde às 8h, com os cartazes que diziam: “Por um salário mínimo vital necessário para uma família trabalhadora”, “Não foi catástrofe, foi tragédia crime, programa habitacional já!”, “Contra a reforma da previdência municipal”, “Readequação já! Que ninguém receba menos que o salário mínimo nacional”, “Nossas praias, nossos territórios, nossas regras” e “Coletivo caçara: São Sebastião, Ilhabela e Caraguatatuba, um movimento sem medo!”, e houve distribuição de centenas de cópias do boletim.

Após o término do desfile oficial, o movimento tomou a avenida para expressar seus cartazes e palavras de ordem. Neste momento, a Guarda Civil Municipal interveio com a violência reacionária, para impedir que o Grito dos Excluídos adentrasse na avenida. Sob a ordem do Prefeito, usou spray de pimenta e jogou grades contra os manifestantes. Nesse momento, prenderam dois membros do movimento, que foram levados

à Delegacia. O movimento, corretamente, foi até a Delegacia para garantir a preservação da integridade física dos detidos, e exigir a sua libertação imediata, que ocorreu após 5 horas e a abertura de um Termo Circunstanciado, que pode levar a um processo judicial.

REPRESSÃO COMO EXPRESSÃO DA TENDÊNCIA MUNDIAL E NACIONAL DE DIREITIZAÇÃO DA BURGUESIA

Nos últimos anos, com a crise mundial do capitalismo, abriu-se um período em que os governos em todo o mundo, estejam sob governos de direita ou esquerda, foram obrigados a atacar duramente as massas, com diversas contrarreformas e medidas de proteção ao capital financeiro. Esta necessidade fortaleceu uma tendência geral de direitização das frações burguesas, e aumento da repressão sobre os sindicatos e movimentos sociais. Percebe-se claramente um fechamento das liberdades democráticas no interior da democracia burguesa. As democracias nos países capitalistas atrasados, como o Brasil, jamais alcançaram nem alcançarão plenitude. Sempre se constituíram como regimes repressivos e autoritários. A expressão localizada de um governante fascistóide num único município que reprimiu o Grito dos Excluídos, entre mais de 60 cidades onde ocorreu, revela a face da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria explorada, que tem

de enfrentar com a luta de classes as democracias burguesas e as ditaduras fascistas. Vivemos um momento de generalização da direitização da burguesia e de suas políticas. Ao mesmo tempo, vivemos um momento de ascensão da luta de classes mundial.

No Brasil, com a criação da Força Nacional de Segurança (2004), repressões policiais aos atos de junho de 2013, “Lei Antiterrorismo” (2016), etc., traçou-se também uma trajetória de maior repressão aos movimentos. Nesse período, inclusive, houve uma tendência de “fortalecimento” das guardas civis municipais, fortemente armadas, que passaram de vigilantes patrimoniais a verdadeiras polícias municipais, sob a autoridade dos coronéis de plantão nos cargos de prefeito.

TAREFAS COLOCADAS AO MOVIMENTO

O Partido Proletário Revolucionário Internacionalista (PPRI) repudia a repressão da Prefeitura e da Guarda Civil Municipal sobre o movimento! Levanta a bandeira de defesa das liberdades democráticas aos movimentos (liberdade de organização, de expressão, de manifestação, etc.)! Não fazemos a defesa da democracia (em abstrato) como fazem os reformistas, porque é por meio dessa mesma democracia (burguesa) que a burguesia e seus governos aplicam medidas de prote-

A expressão localizada de um governante fascistóide num único município que reprimiu o Grito dos Excluídos, entre mais de 60 cidades onde ocorreu, revela a face da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria explorada, que tem de enfrentar com a luta de classes as democracias burguesas e as ditaduras fascistas.

cionismo ao capital parasitário, atacam com medidas as condições de vida e trabalho, cerceiam e limitam as liberdades democráticas, e reprimem os movimentos.

É necessário que o movimento levante as bandeiras contra a repressão, contra as perseguições e pelo arquivamento dos termos circunstanciados!

Nenhum processo contra os lutadores!

Organizar a luta pelas reivindicações mais sentidas pelos explorados!

Defender as liberdades democráticas com os métodos da luta de classes!

Fórum dos Sindicatos do Litoral Norte fará ato em defesa das liberdades democráticas e em defesa da Palestina

Após a repressão da GCM de São Sebastião ao ato do Grito dos Excluídos, organizado pelo Fórum dos Sindicatos, o movimento decidiu marcar um Ato no dia 19/10, às 14h, na praça central da cidade.

O tema será a denúncia da repressão, defesa das liberdades democráticas (direito de organização, manifestação e expressão dos sindicatos e movimentos sociais) e a defesa do povo palestino, já que no dia 8/10 se completou um ano do genocídio realizado pelo Estado de Israel e pelos EUA.

Novamente, foram elaborados coletivamente, entre as entidades sindicais, movimentos, organizações e partidos que compõem o Fórum, um Manifesto e as bandeiras a serem levantadas.

DIVERGÊNCIA COM O POR E SINDSERV SÃO SEBASTIÃO

O Partido Operário Revolucionário e o Sindserv de São Sebastião apresentaram a bandeira de “Por uma República Socialista que una judeus, palestinos e árabes!”. Nós do PPRI, apesar de concordamos com a bandeira de República

Socialista (divergimos da suposta possibilidade de “união entre judeus, palestinos e árabes” para isso), entendemos que como o Fórum é uma entidade de frente única de vanguarda, sem um caráter de massas, deve prezar pelas bandeiras consensuais que impulsionem o movimento, como, por exemplo, a bandeira de “Palestina Livre do Rio ao mar”, assumida pelos movimentos em defesa da Palestina em todo o mundo.

Houve votação, e por maioria foi retirada a bandeira apresentada pelo POR e Sindserv. ●

Reitoria da UERJ (sob direção do PT e Psol) reprime estudantes em luta em defesa da permanência estudantil! Abaixo a repressão! Pelo cumprimento imediato das reivindicações dos estudantes!

ATAQUE DA REITORIA

No dia 25/07, a Reitoria da UERJ (dirigida pelo PT e PSOL) publicou o Ato Executivo de Decisão Administrativa (Aeda) nº 38/2024. O ato é uma medida de austeridade, que modificou para pior os critérios para recebimento das bolsas assistenciais de permanência estudantil, transporte, alimentação e creche. Um exemplo é que, antes, para receber uma bolsa, os estudantes precisavam comprovar renda média familiar de até 1 salário mínimo. Com o Aeda nº 38/2024, o critério caiu para até ½ salário mínimo. O movimento estudantil denuncia que aproximadamente 6.000 estudantes foram afetados, e chama a medida de Aeda da Fome!

RESPOSTA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

No dia seguinte, 26/07, o movimento estudantil decidiu ocupar os prédios da Universidade, exigindo a revogação imediata do Aeda nº 38/2024. A Reitora Gulnar (PT) e o vice Bruno Deusdará (PSOL) tentaram vencer o movimento pelo esgotamento, mas não conseguiram, porque, após semanas de mobilização, as assembleias estavam cada vez mais cheias, bem como os atos e passeatas.

Diante do crescimento do movimento, a Reitoria instalou uma “comissão de mediação”. A essência era de que estavam dispostos “a substituir este Aeda 38, por outros dois Aedas que, dentro da realidade orçamentária de hoje, possam contemplar propostas que sejam acordadas pelos estudantes e que possam garantir uma transição até o final do ano”. A Reitoria então revogou o Aeda 38, e publicou no dia 29/08 os Aedas 41 e 42, que na palavra da Reitoria visaram a “instituir um regime de transição para os estudantes que não se viam contemplados no Aeda 38”.

Ocorre que os estudantes em luta não aceitaram as propostas rebaixadas da Reitoria, não engolindo a negociação no campo da retirada dos direitos, decidiram recusar a proposta da Reitoria, e continuar a ocupação e mobilizações.

REITORIA REPRIME O MOVIMENTO

A Reitoria então acionou o Poder Judiciário pedindo reintegração de posse, que foi cumprida no dia 20/09, pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, com helicópteros, blindados e forças especiais. Diversos estudantes foram detidos, inclusive o deputado federal Glauber Braga (PSOL).

É preciso denunciar a repressão ao movimento estudantil e sair em defesa das liberdades democráticas, do direito dos movimentos se organizarem, atuarem, fazerem manifestações, ocupações, etc. É preciso responsabilizar a Reitoria do PT e PSOL pela violência reacionária contra os estudantes, bem como todas as entidades e correntes políticas que tentam blindar a Reitoria, como, por exemplo, a direção do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais do Rio de Janeiro (SINTUPERJ), que divulgou uma nota em que denuncia a violência da Reitoria e dos estudantes, afirmando que “O diálogo está na essência de todo e qualquer acordo. Este não existe sem um diálogo que o preceda. Tão pouco existem ganhos sem perdas. A ausência desses dois pilares de um entendimento civilizatório resulta, invariavelmente, em conflitos. Não raras vezes em embates físicos, com danos e/ou prejuízos a ambos os lados. A universidade perde. E na sua esteira toda a sociedade”. ●

Abaixo a repressão aos estudantes em luta! Pela vitória das mobilizações, nenhum corte nas bolsas de permanência estudantil!

Governo Tarcísio destrói carreira do magistério paulista com *ajuda da burocracia sindical*

As resoluções deixam claro que, em 2025, **os professores estarão novamente sob ataques, demissões e perseguições do governo Tarcísio/Feder.**

A precarização nas escolas públicas estaduais de São Paulo se aprofunda, com jornadas exaustivas, plataformização, assédio e a destruição da carreira. A Secretaria de Educação publicou, em setembro, resoluções com orientações para a atribuição de aulas e classes em 2025, estabelecendo critérios já reprovados pela categoria, como a atribuição virtual.

De acordo com a resolução 63/2024, os professores efetivos, estáveis e ocupantes de função atividade (OFA), agora chamados de “categoria F”, terão na pontuação final, como principal critério, a experiência em sala de aula/tempo de serviço com apenas 45% na pontuação. Para ter 35% de pontos, é necessário ter frequência em sala de aula, sem considerar licenças ou faltas médicas, reconhecendo apenas faltas de dedicação aos projetos da rede e a realização dos cursos impostos pela Seduc, mesmo com a longa jornada de trabalho. Aqueles que optam por uma jornada maior ganham até 10% a mais.

Os docentes estarão submetidos a uma série de critérios impeditivos

para a atribuição, incluindo licença sem vencimentos e afastamentos variáveis, além de estabelecer a pontuação que os professores podem receber em programas de formação oferecidos pela Seduc.

Para os professores com contratos (categoria O), a pontuação final do processo seletivo terá maior peso, sendo 55%, enquanto a presença em sala de aula contará 25%, e somente 10% será do tempo de serviço, desconsiderando a dedicação à prática docente. Na resolução 62/2024, a recondução é mencionada como uma necessidade de fortalecer a gestão escolar, para alcançar metas educacionais, mas deixa claro que é uma farsa, pois, exige dedicação exclusiva, sujeitando os professores a trabalhar doentes, já que não podem tirar licença, e a aceitar assédio moral, para cumprir todas as exigências dos diretores. Muitos professores no estado enfrentaram a extinção contratual, por tirarem licença médica devida a problemas de saúde, ou por não se submeterem a assédio de direções ou coordenadores.

Os docentes que trabalham no Programa de Escola em Tempo Integral continuarão sob “avaliação 360”, e a gestão das escolas terá total autonomia para decidir se os professores serão reconduzidos ou realocados, independentemente do resultado da avaliação.

As resoluções deixam claro que, em 2025, os professores estarão novamente sob ataques, demissões e perseguições do governo Tarcísio/Feder.

Não se pode esquecer que o início

do ano letivo de 2024 foi marcado pela demissão em massa de professores temporários, e naquele momento havia disposição de luta, contida pelas direções traidoras, que se encastelam no interior do sindicato, e o utilizam para seus objetivos eleitorais e para impor os ataques do governo contra a categoria.

Em 2025, a única saída será organizar as bases para a luta e impor à direção da Apeoesp que convoque assembleias, manifestações, atos de rua, greve para barrar os novos ataques, a destruição da carreira e o avanço da precarização dos contratos. Neste ano, a categoria esteve presente massivamente nas assembleias, mas os burocratas manobram para dismantlar as tendências de luta, afirmando que a maioria não estava convencida da necessidade de luta direta, e assim culpabilizar os professores, e ocultar a real face da burocracia sindical, que submete as lutas ao jurídico, ao parlamento e às eleições municipais, negam os métodos de luta do proletariado (greves, ocupações, bloqueios e piquetes).

O resultado desse imobilismo se reflete no fortalecimento da política de ataques de Tarcísio/Republicanos, que continuará aplicando medidas antidemocráticas, privatizantes, de sucateamento dos serviços públicos e de destruição das condições de trabalho do funcionalismo. ●

Professores, é necessário erguer um movimento de luta e exigir que as direções chamem assembleias para organizar a categoria. Defender o fim das escolas de tempo integral, a reabertura de salas, a escala móvel das horas de trabalho e estabilidade a todos sem concurso público. É defendendo as reivindicações e os métodos históricos de luta do proletariado que será possível combater os ataques que estão por vir e derrotar o governo!

FOLHETO

A luta pela
INDEPENDÊNCIA
DE CLASSE
NOS SINDICATOS DE PROFESSORES
estaduais e municipais

Adquira com nossos militantes!

FOLHETO

notas sobre o
PROBLEMA
EDUCATIVO

Adquira com nossos militantes!

Burocracia da Apeoesp se recusa a organizar a luta contra a privatização das escolas.

Na última reunião do Conselho Estadual de Representantes – CER – (13 de setembro), a direção do sindicato informou que estava cancelando o ato contra a privatização, que ocorreria na Bolsa de Valores, no dia 25 de setembro, porque o governo decidiu fazer o leilão de gestão privada das escolas depois das eleições, e que o ato será convocado a partir do calendário do governo. De cara, isso prova que a direção está subordinada ao calendário imposto por Tarcísio.

A direção já havia cancelado a reunião do Conselho no dia 19 de agosto, ignorando os inúmeros ataques sofridos pela categoria, sendo os mais gritantes o desemprego, o arrocho salarial e a plataformização, que tem imposto um brutal controle ao trabalho docente e discente. Em agosto, a direção desarmou os professores, desmarcando a reunião do Conselho, e, em setembro, desarmou novamente a categoria, desmarcando o ato contra as privatizações.

No Conselho, denunciaremos essa manobra da direção, que subordina as lutas em defesa dos professores ao calendário do governo, priorizando as campanhas de caráter eleitoral, como a pressão parlamentar, atrelada à ilusão na justiça burguesa, com as ações judiciais que, num primeiro momento, podem até suspender as investidas do governo, porém logo a seguir prevalecem os ataques. As ações na justiça e no parlamento têm servido apenas para negociar com o governo no campo dos

próprios ataques que ele vem impondo. Por isso é que em nossa intervenção no Conselho, colocamos a necessidade da assembleia com urgência, para organizar a categoria para lutar com os métodos da ação direta, com as greves, ocupações e piquetes, contra as privatizações e terceirizações.

Nos últimos anos, as resoluções e as atribuições de aulas têm sido instrumentos de ataque aos professores. A direção faz de tudo para conter a revolta dos professores, com os seus “informes urgentes”, muitas vezes apenas repassando os “recados” da Secretaria e informando as novas ações na justiça burguesa contra o governo. Normalmente, as liminares concedidas duram alguns dias ou algumas horas apenas, e servem somente para tentar iludir uma parcela dos professores, e inculcar a ideia que não existem outras saídas, a não ser a submissão aos processos do judiciário. E, dessa forma, a direção burocrática enrola o quanto pode, para evitar as assembleias e atos de rua contra o governo. É obrigada a fazê-lo apenas quando há muita pressão das bases. Mas, desde março até aqui, a direção

tem feito de tudo para impedir a revolta das bases, e traiu abertamente a defesa com greve da retomada dos contratos de 40 mil demitidos. Normalmente, esses atos e assembleias têm sido controlados de forma extremamente burocratizada, evitando qualquer possibilidade de o movimento sair de seu controle e de sua política.

Os cancelamentos das reuniões de representantes são também uma expressão do democratismo e eleitoralismo, que subordina as necessidades de luta da categoria às eleições. Maria Isabel foi candidata a prefeita em sua cidade, mas foi esmagadoramente rejeitada. Em defesa dos interesses eleitorais dessa burocrata – e tantos outros candidatos – a categoria teve de arcar com ataques e destruição de direitos. Desde a direção burocrática até os setores da Oposição Combativa, que afundou também no eleitoralismo, viraram as costas aos problemas imediatos da categoria para se lançarem na defesa de seus candidatos.

As eleições são o campo da burguesia, os explorados a cada dois anos são convocados a ir às urnas, para elegerem seus algozes. O

A direção faz de tudo para conter a revolta dos professores, com os seus “informes urgentes”, (...) repassando os “recados” da Secretaria e informando as novas ações na justiça burguesa contra o governo.

PPRI ainda não tem como atuar com candidaturas nas eleições, para usá-la como tribuna revolucionária em defesa do programa proletário e da luta de classes, e mostrar que as eleições só servem para reafirmar a dominação do poder da burguesia sobre a maioria explorada. A luta pela independência política e organizativa dos sindicatos perante o estado e os partidos da ordem burguesa, aí incluídos o PT e aliados, é uma tarefa urgente para romper o imobilismo, impedir novas traições, e abrir caminho aos métodos de luta dos trabalhadores para avançarem na defesa de seus empregos, salários e direitos. ●

FOLHETO NOVO!

PARA ONDE
marxismo»revisionismo
VAI O CERQUI

Adquira com nossos militantes!

FOLHETO NOVO!

COMO É (DE FATO) a
RUSSIA HOJE

A economia nacionalizada mantém as bases sociais e econômicas do Estado Operário Degenerado, apesar da burocracia contrarrevolucionária

Adquira com nossos militantes!

REALIZADO CURSO DE FORMAÇÃO POLITICA NO LITORAL NORTE/SP SOBRE AS ELEIÇÕES E AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

No dia 29/09, foi realizado o curso de formação política organizado pela *Corrente Sindical Marxista – Guillermo Lora (CSM-GL)/PPRI*, na subsele da APEO-ESP, em Caraguatatuba.

Foram debatidos dois textos, o texto intitulado “Manifesto do PPRI em defesa do Voto Nulo nas eleições Municipais”, e o outro: “Repressão e restrição das liberdades democráticas são apoiadas por democratas e republicanos para esmagar a luta das massas contra o genocídio palestino”, que constam no jornal *O Internacionalista* nº 19. Foram feitas exposições sobre cada um, lidos e destacados pontos importantes.

As exposições trouxeram as principais ideias contidas nos materiais para as eleições municipais, que foram: que as eleições são o campo de disputa própria da burguesia e não dos explorados; as direções dos movimentos e dos sindicatos sufocam e desmobilizam as lutas, arrastando inclusive uma parcela para as campanhas eleitorais de seus candidatos a prefeito e vereadores; as esquerdas estão cada vez mais no lamaçal burguês da direitação como expressão da

frente ampla, por exemplo, a indicação de um ex-comandante da ROTA para Secretaria de Segurança no caso de um governo Boulos/Marta; o voto nulo é um protesto contra a burguesia e sua falsa democracia, suas políticas, e questões como fome, miséria e desemprego, além de ser uma crítica às esquerdas, que traem as lutas populares, e serve ainda para defender a revolução proletária e a construção de um partido baseado no programa proletário.

Já sobre as liberdades democráticas, foi exposta a perseguição e restrição às liberdades de organização e de expressão política nos EUA, após a aprovação da Lei de Conscientização sobre Antissemitismo; as universidades e escolas modificaram seus “códigos de conduta”, para se aplicar esse novo marco legal aprovado, que tem como novas regras, segundo o texto: “a) proibição de acampamentos em instalações universitárias, b) limitação da duração dos protestos, c) delimitação dos espaços permitidos, d) solicitação antecipada da autorização para manifestações, e) impedimento de participação e entrada no campus aos que não têm identificação universitária, etc.” destacou-se

que, por trás dessa lei, está a repressão aos movimentos universitário e dos operários, que fizeram e fazem várias manifestações contra o genocídio palestino em Gaza feito por Israel e OTAN, apoiado e financiado pelos EUA. Inclusive colocaram um interventor federal para acompanhar o apoio da UAW (“United Auto Workers”, sindicatos dos operários da indústria automobilística).

No plenário, levantaram-se apontamentos sobre as esquerdas morenistas, que tentam radicalizar a democracia burguesa por meios da organização das massas em “conselhos”, “comitês” ou “assembleias populares”, para exercer seu controle e deliberação sobre todos os assuntos da gestão e governo municipal, que sairiam fruto da eleição burguesa, elegendo seus candidatos; dos reformistas, que estão encabeçando chapas em alianças com a direita, como no caso Boulos/Marta, ou apoiando regionalmente os coronelismos oligárquicos em São Sebastião, do PT/PSOL, como o candidato do PP (Progressistas), e em Caraguatatuba, do PT ao União Brasil, por exemplo; que a restrição às liberdades democráticas é um movimento mundial da burguesia, cada vez mais estrangulando a democracia burguesa, para impor seus ataques às condições de vida das massas, para sustentar o parasitismo financeiro e qualquer manifestação dos explorados em

“

...

O partido do proletariado não pode ver a burguesia arrastando as massas e ficar de fora desse problema. Por isso, **enquanto as massas têm ilusões nas eleições, o partido revolucionário atua nesse campo, hostil a ele, ao seu programa e políticas.**

defesa de suas reivindicações; as eleições ainda arrastam a maioria das massas. Servem de desvio da luta de classes e engano. O partido do proletariado não pode ver a burguesia arrastando as massas e ficar de fora desse problema. Por isso, enquanto as massas têm ilusões nas eleições, o partido revolucionário atua nesse campo, hostil a ele, ao seu programa e políticas.

O curso concluiu trazendo o informe sobre o ato que será realizado no dia 19 de outubro, organizado pelo Fórum Sindical do Litoral Norte em São Sebastião, em defesa do povo palestino e contra o genocídio na faixa de Gaza, e contra a repressão e pelo arquivamento dos processos judiciais feitos após a repressão ao ato do Grito dos Excluídos, no dia 7 de setembro, em que prenderam dois membros do movimento. ●



FRENTE DE LUTA POR Permanência e contra o Privatismo

A reitoria da USP ataca sistematicamente as condições de estudo e a permanência estudantil: **quer colocar grades e catracas no Crusp e despejar 300 estudantes, passa o pano para estupradores, não contrata professores e funcionários.**

Enquanto **as direções das organizações estudantis se dedicam à campanha eleitoral** de seus candidatos, a reitoria e o governo ficam de mãos livres para impor mais ataques.

A resposta efetiva é a da mobilização, que se organiza com assembleias gerais!

O direito ao ensino público e gratuito na USP tem sido ameaçado frequentemente, ao longo dos últimos anos. A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL, que é parte desse direito, tem sido alvo de ataques sucessivos, especialmente depois de 2016, quando a consultoria McKinsey emitiu um relatório para a reitoria, indicando medidas para aprofundar o privatismo na USP, dentre elas, COBRAR ALUGUEL PELA MORADIA ESTUDANTIL. A reitoria e o governo já vinham atacando a permanência estudantil, por meio do sucateamento do Crusp, que enfrentava incêndios, escuridão, estupros, falta de água e energia, acúmulo de lixo, eliminação da manutenção de lavanderias e cozinhas coletivas. O movimento dos moradores respondeu como podia: organizou a ocupação da SAS (hoje Prip) contra a violência sobre as mulheres, participou da greve de 2016, organizou uma gre-

ve geral de estudantes da USP em defesa da permanência estudantil, em 2018. A reitoria e o governo aproveitaram a Pandemia para retomar sua ofensiva: cortaram o passe livre, desocuparam o Bloco D, supostamente para reformá-lo, mas até hoje não o entregou, e as obras ficaram paradas. A comissão independente contra a violência sobre a mulher, conquista da ocupação de 2016, foi desativada em 2022 – mensagem de sinal verde aos estupradores e agressores, que voltaram a agir impunemente. E este ano quase que foram instaladas grades e catracas nos blocos F e G, que levariam ao despejo imediato de 300 moradores, e que foram impedidas pela ação direta de moradores, mas que estão guardadas pela reitoria, para uma nova tentativa que pode ocorrer até durante as férias.

O Crusp sempre foi uma referência e base de mobilização em todas as últimas grandes mobiliza-

ções estudantis na USP. Concentra uma boa parte dos estudantes de baixa renda, moradores de periferia em São Paulo ou do Interior. É onde a permanência estudantil se mostra de forma mais concreta como uma condição para que estudantes possam estudar na USP. São o polo oposto do privatismo, que avança dia a dia na universidade. Para a reitoria e governo privatistas, expulsar os estudantes pobres do Crusp é uma necessidade. Passar pano em estupros e demais agressões ajuda a expulsar estudantes indesejadas, não só do Crusp, mas da USP.

CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS?

A greve estudantil de 2023 tinha como reivindicação central a contratação de professores necessários ao funcionamento dos cursos. Uma paralisação de todos os cursos, como há tempos

não se via na USP, exigia condições elementares para o ensino público e gratuito. A reitoria apresentou seu plano de contratações, que estava muito distante de preservar o funcionamento mínimo dos cursos. As direções do DCE e CAs conseguiram impor a política de negociação nos marcos do plano da reitoria, subordinaram-se a ela. O resultado foi um acordo que não garantia as reais necessidades dos estudantes, e que a própria reitoria se deu ao luxo de não cumprir (nem metade dos professores prometidos em caráter emergencial foi contratada até agora). Também não se contrataram funcionários, de forma que a reitoria continua sua política de contratação precária, por meio da terceirização.

TUDO CONVERGE PARA O PRIVATISMO

Diante do aprofundamento da crise capitalista, educação e outros serviços sociais públicos são alvo de políticas de benefício do parasitismo financeiro. Privatizações e terceirizações são medidas de protecionismo aos parasitas capitalistas. A USP, com orçamento público de R\$ 8 bilhões, não é privatizada totalmente, mas se implantam várias medidas de favorecimento a investidores, que parasitam seu orçamento público. A terceirização é uma delas. Contratam-se empresas (abertas muitas vezes pelos gestores da própria USP) para assumir os restaurantes, segurança, limpeza, manutenção, obras. Seus funcionários recebem uma fração dos salários pagos diretamente pela USP a seus funcionários. São frequentes as denúncias de que as terceirizadas não pagam funcionários, e deixam a dívida para a USP, que assim paga duas vezes pelo mesmo serviço. E este

é apenas um exemplo de como se combinam a terceirização e o privatismo com a precarização e sucateamento da USP.

O mesmo se passa no Crusp. A deterioração da moradia serve para espantar estudantes e abrir caminho para a privatização – imposição de aluguéis. Nos planos da reitoria e do governo, a concessão a uma empresa que administre a moradia por meio de aluguéis (pagos por moradores ou pela USP) favorecerá algum “amigo” dos governantes. Já há convênios com as empresas Uliving e Share Student Living em andamento, nesse sentido.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL É A FORÇA SOCIAL QUE PODE SER O PONTO DE APOIO PARA ENFRENTAR O PRIVATISMO

Os estudantes, pela sua relação concreta com a universidade – não têm interesses corporativos, e são a ligação da universidade com a população assalariada –, são a força social que coletivamente pode iniciar a luta contra o privatismo, a partir da defesa de suas reivindicações mais sentidas, e são o fundamento da unidade entre os que estudam e trabalham na universidade. Nos últimos anos, porém, as direções de suas organizações se têm esmerado em não impulsionar o movimento contra a reitoria e o governo, mas de buscar a conciliação com eles, e apontar os caminhos distracionistas da disputa eleitoral, da pressão parlamentar e da judicialização como meios para se alcançar as reivindicações. Fala-se muito em combater a extrema direita, mas, ao não organizar o movimento para enfrentar as medidas impostas pela reitoria e governo, facilitam justamente as medidas reacionárias que eles impõem sobre

a universidade, ou seja, facilitam o crescimento da extrema direita. Preocupados em alavancar seus candidatos, prometem que eles vão resolver os problemas que se vivem, mas ocultam que dos cargos e do parlamento não virão medidas favoráveis aos oprimidos, e sim aos opressores.

As direções criam assim uma completa separação entre o que fazem (buscam votos e eleger seus candidatos) e as necessidades reais e imediatas de suas bases. Por isso, não convocam amplamente as assembleias gerais para que as bases discutam e decidam os objetivos e os meios para alcançá-los. Deformam as assembleias, com convocação restrita e de forma que apenas seus apoiadores compareçam. O formato burocrático que impõem afasta a maioria. E as medidas que apresentam estão longe de responder aos problemas concretos que se vivem – veja-se que não foram além do acolhimento e cartas de protesto para serem usadas pelos seus candidatos, diante da violência contra mulheres no Crusp. Mas isso só é mais uma prova de que é preciso defender a convocação de assembleias amplas e democráticas, onde as bases sejam maioria e possam ultrapassar as políticas conciliadoras e derrotistas das direções.

Por isso, defendemos a convocação de assembleia geral de estudantes da USP. Amplamente convocada, com participação massiva, com liberdade para propostas e decisões muitas vezes opostas às das direções. ***Que sejam meios de organização e mobilização, para que possamos enfrentar e derrotar a reitoria e o governo privatistas, e alcançar as reivindicações necessárias à defesa da USP pública e gratuita!*** ●

Operários do setor aeronáutico rejeitam proposta patronal, mas a CSP-Conlutas não organiza a luta coletiva para impor as reivindicações, e divide a categoria

Os operários da Embraer da unidade Faria Lima (São José dos Campos – SJC) rejeitaram a proposta da Fiesp para a Campanha Salarial 2024. Os operários da Sonoca e Latecoere de SJC e Jacareí respectivamente, fornecedoras da Embraer, também a rejeitaram. Exigem que se apresente uma nova proposta, e aprovam o “aviso de greve” para dia 14, e paralisação se não houver resposta.

O reajuste salarial da Fiesp era de 5%: 1,29% de aumento real e 3,71% de reposição da inflação pelo INPC, além de R\$ 50 no vale-alimentação, que passaria para R\$ 400 (os operários exigem R\$ 800). Os operários exigem também que não se altere a cláusula que garante a estabilidade aos operários com doença ocupacional ou vítimas de acidentes de trabalho – a Embraer ofereceu 21 meses de estabilidade para aqueles, e 60 meses, respectivamente. Apenas os operários da Magnaghi (SJC), também fornecedora da Embraer, aprovaram o índice de 5%, com a inclusão da

“renovação” dos direitos até 2026. Ou seja, aceitaram a proposta rebaixada em troca da promessa da empresa de manter os direitos por dois anos.

Os patrões querem aumentar os lucros, reduzindo as condições de vida dos operários. A alteração da estabilidade tem o mesmo objetivo, além de acabar com a responsabilidade dos capitalistas de manter os operários que sofrem com as consequências da super-exploração. Por sua vez, o governo continua em seu objetivo de entregar a Embraer aos capitalistas imperialistas. Dar “aviso” antecipado da greve favorece o patronato, que pode negociar ou reprimir cada setor em separado, dividindo e enfraquecendo os operários. A aprovação da proposta na Magnaghi o demonstra claramente. E demonstra o quanto a Conlutas se adaptou aos métodos corporativistas e democratizantes das burocracias reformistas e direitistas, que levam aos retrocessos nas condições de vida e às privatizações.

Paira sobre a Avibrás (fábrica de equipamento militar), a ameaça de sua fusão com a Akaer, concentrando um setor industrial estratégico para a soberania nacional nas mãos privadas. A fusão procura “sanar” as dívidas da Avibrás, para preparar posterior “joint-venture” com capitais estrangeiros. Essa prática é muito comum entre os capitalistas, e os operários devem organizar a luta desde já!

Cada ataque dos patrões contra uma categoria inteira deve ser respondida com a greve geral e ação coletiva dos operários do setor, ocupando e paralisando imediatamente as fábricas, para ir à negociação com maior força, e impor ao patronato as reivindicações da classe. É organizando a luta coletiva pelas reivindicações e avançando no controle operário coletivo sobre as empresas do setor aeronáutico que se poderão impor as reivindicações operárias, e se impedirá a entrega da Embraer ao capital imperialista! ●

Espanha: realizada greve de 24 horas contra o genocídio na Palestina É necessário unificar e radicalizar a luta, para impor a ruptura total com Israel ao governo espanhol

200 sindicatos e organizações da Espanha, convocados pela *Confederação Geral do Trabalho* (CGT) e a *Confederação Sindical Solidarietà Operária*, realizaram, no dia 27/09, uma greve de 24 horas “contra o genocídio e ocupação na Palestina”, exigindo que o governo espanhol rompa as relações diplomáticas, comerciais e militares com Israel. Houve ainda protestos e paralisação parcial em fábricas que produzem equipamentos militares. Estudantes universitários se ausentaram das aulas, em solidariedade à greve.

A greve demonstrou a disposição de importantes setores de avançar a via da ação direta para obrigar o governo a romper relações com Israel. Mas, suas direções políticas e sindicais não procuram radicalizar as ações coletivas, declarando a greve geral por tempo indeterminado até conquistar esse objetivo. Os maiores sindicatos do país, controlados pelas burocracias governistas, não chamaram a greve, e se negaram a convocar assembleias para que as bases decidissem.

O governo de Sánchez (do Partido Socialista Espanhol, PSOE) posa de “humanitarista”, condenado Israel e

apoiando a formação do estado palestino, mas continua enviando armas e permitindo que dezenas de barcos europeus, cheios de equipamentos bélicos com destino a Israel, atraiquem e reabasteçam nos portos do país, para seguir rumo à Palestina ocupada. Assim como o governo de frente ampla burguesa de Lula, o governo “socialista” espanhol faz declarações “indignadas” contra o genocídio; mas segue como ponto de apoio firme à colonização, limpeza étnica e genocídio.

As tendências de alta da luta de classes e do movimento em defesa dos palestinos permanecem acesas por toda a Europa. A greve na Espanha e as manifestações na Europa mostram que existem condições para sua radicalização e unificação, por cima das fronteiras nacionais. A defesa do programa e estratégia da autodeterminação dos palestinos e libaneses, e da derrota do sionismo e imperialismo, tem de penetrar os movimentos e os sindicatos por toda a Europa. Assim será possível impulsionar a luta das massas, se imporão aos governos as reivindicações, e se dará um passo para que os explorados e oprimidos derrotem suas burguesias e abram caminho para a revolução social. ●



GREVE DOS ESTIVADORES DA COSTA LESTE DOS EUA

A classe operária dos EUA avança na luta de classes por suas reivindicações. A unidade e a ação direta levarão a que se imponham as reivindicações *contra a intransigência dos patrões!*

Os estivadores da Costa Leste norte-americana (do Maine até a Geórgia) e do Golfo (da Flórida até o Texas) entraram em greve no dia 01/10. A *Associação Internacional de Estivadores* (ILA, na sigla em inglês) decidiu pela medida de força, após rejeitar a proposta dos empregadores (*Aliança Marítima dos Estados Unidos*, USMX na sigla em inglês) para 45 mil trabalhadores, que não atendia às exigências de aumento salarial, e visa a implantar as contratações por seis anos e a automação no serviço de carga. Depois, um pré-acordo com a direção da ILA, no dia 04/10, encerrou a greve.

Foi a primeira greve geral de estivadores em 50 anos. Paralisaram-se 36 portos, que concentram 68% das exportações e 56% das importações. Somente em Nova York, 100 mil contêineres foram impedidos de serem descarregados de 35 navios. Avalia-se em US\$ 3,78 bilhões por semana, as perdas pela paralisação. A indústria do

transporte marítimo arrecadou ao redor de US\$ 400 bilhões entre 2020 e 2023, enquanto a média salarial dos estivadores é de US\$ 39/hora, bem abaixo, por exemplo, dos US\$ 54,85 dos estivadores da Costa Oeste, da *União Internacional de Transporte e Armazém* (ILWU), que passarão ganhar US\$ 60,85 em 2027 (32%). As empresas propuseram mudanças nos contratos e automatização de guindastes e portões, em troca de 50% de aumento, triplicar as contribuições do empregador para os “planos de reforma dos trabalhadores” (semi-automatização de serviços ligada aos contratos temporários por 6 anos) e “reforçar” os planos de saúde. O sindicato rejeita reduzir o número da força de trabalho e aumentar a produtividade como aconteceu na Costa Oeste, e que levou a milhares de demissões.

O governo Biden ainda não intercedeu para a solução do conflito, mas chamou o sindicato a dissolver a greve. Estava em jogo o apoio de grandes capitalis-

tas à candidatura de Harris, e que se refletiu em uma exigência da USMX para a ILA, para levantar a greve e aceitar um novo acordo. As eleições estão chegando, e os democratas não queriam suportar a revolta de cerca de 200 câmaras empresariais, incluindo a *Federação Nacional de Varejo* e a *Câmara de Comércio dos EUA* – apoiadores dos republicanos – que ameaçavam aumentar os preços, se justificando pela “escassez” de produtos. A permanência do conflito atingiria a campanha de Harris e ajudaria Trump. Os patrões exigiam ainda a aplicação da Lei Taft-Hartley (1947), que permite ao governo declarar a greve ilegal. A ameaça de serem afetadas as exportações de armamentos e equipamentos para Ucrânia e Israel pairavam sobre o governo. Assim, após conversações entre governo e a ILA, a direção sindical decidiu aceitar um pré-acordo, e retomar as negociações.

A greve dos estivadores dos EUA soma-se à greve, no ano passado, da *United Automotive Workers* (UAW)

e, neste ano, à ocupação de Universidades contra o genocídio na Palestina. A greve geral da UAW por tempo indeterminado e sua unidade mostrou que é possível derrotar o patronato e arrancar as reivindicações. A subordinação da direção sindical ao governo Biden e à campanha democrata impediu os assalariados de utilizarem sua força coletiva e sua capacidade para paralisar a economia para impor todas as suas reivindicações. O que demonstrou que falta a direção revolucionária à classe operária que se põe de pé e luta, capaz de tomar a frente dessa luta e unificar e consolidar uma greve geral de diversos setores. A tarefa de avançar na formação da vanguarda ao redor do programa da revolução e ditadura proletárias e que ajude o proletariado norte-americano a romper com os partidos e governos burgueses, avançando na sua independência e na luta de classes, vai mostrando-se cada vez mais como uma tarefa urgente nos EUA. ●

**ATO DA FRENTE PALESTINA - 28/09**

As direções priorizam as eleições sobre a necessidade de avançar na luta pela derrota do sionismo em nosso país

Foi realizado mais um ato convocado pela Frente Palestina São Paulo (FPSP), para denunciar a projeção do genocídio sionista da Palestina para o Líbano. Horas antes, tinha sido assassinado Hassan Nasrallah, chefe político do Hezbollah, além de comandantes da milícia e um brigadeiro-general da Guarda Revolucionária do Irã. Dias antes, Israel fez explodir pagers e rádios, massacrando mais de 500 libaneses – dentre eles crianças e mulheres, e ferindo mais de 4 mil.

O agravamento da situação, com a extensão do genocídio da Palestina para o Líbano, levou a FPSP a romper a paralisia imposta pelas eleições e a criar condições de uma ampla unidade contra o sionismo e o imperialismo em nosso país. Isso foi refletido em algumas falas de membros das comunidades libanesa e palestina, que não apenas reivindicaram a resistência armada enquanto um direito na luta pela libertação, como chamaram à unidade por cima de todas as diferenças de nacionalidades, religiões etc. Não obstante, os atos permanecem ainda sob influência da política democratizante das direções governistas e seus aliados, que fazem de tudo para impedir que as massas se incorporem à luta e imponham ao governo, com a luta de classes, que rompa todas as relações com Israel.

As direções petistas, psolistas, estalinistas e centristas priorizam a eleição de seus candidatos ou a defesa do governo burguês de Lula/Alckmin, acima da necessidade e urgência de organizar greves, ocupações, bloqueios, etc. para atacar os interesses sionistas em nosso país, e ajudar na derrota dos genocidas. Essa contradição e as tarefas que dela decorrem foram erguidas e defendidas nos Manifestos distribuídos pelo PPRI e na fala do partido no ato, que reproduzimos na sequência. ●

Fala do PPRI

Eu queria focar em duas questões bem rápidas.

A primeira delas: os assassinatos das lideranças da resistência palestina e libanesa pelo estado genocida de Israel está mostrando que o estado de Israel está disposto a completar a limpeza étnica, e para isso precisa derrotar a expressão genuína do povo palestino e libanês pela sua autodeterminação. Podemos ter muitas diferenças de programa, de métodos e de política. Mas, essa resistência surgiu das entranhas da luta e resistência palestina e libanesa. Portanto, para derrotar o estado sionista de Israel, para promover a autodeterminação desses povos, é necessário que todo revolucionário, todo verdadeiro democrata, todos os que estão pela luta do povo palestino e libanês, se coloquem incondicionalmente ao lado da resistência enquanto combate para derrotar o sionismo.

Segunda questão: a bandeira da derrota do sionismo deve fazer confluir a luta da classe operária mundial e brasileira, e para impor essa derrota e combinar a luta do povo e da resistência palestina e libanesa, a classe operária deve tomar a frente, defender os métodos de ocupação de fábricas, de boicote, de bloqueios de portos, porque essa combinação, entre a luta proletária com seus métodos com a luta e resistência palestina e libanesa, servirá para derrotar o sionismo e o imperialismo.

E isso exige que, aqui no país, as direções sindicais e políticas também tomem a frente e pressionem, a partir da luta das bases, das assembleias, de greves e ocupações, o governo Lula que rompa [com Israel, NE]. O governo Lula não vai além do que está dizendo, a não ser que a classe operária e os demais oprimidos o imponham com a luta de classes.

O sionismo e o imperialismo assassinam o líder do Hezbollah

Viva Hassan Nasrallah! Viva a resistência dos palestinos e de todos os povos!

Derrotemos o sionismo e o imperialismo no mundo todo!

Manifesto PPRI - 29 de setembro 2024



O sionismo genocida de Israel assassinou o líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah, com o mais intenso bombardeio no sul do Líbano em 18 anos. Ele tinha 64 anos e estava há 32 no comando da organização. Erguemos nossas vozes e nossos punhos para protestar contra seu assassinato! Hassan Nasrallah liderava uma corrente política e militar que expressava a resistência contra o imperialismo e o sionismo, e era apoiada por milhões de libaneses xiitas e demais oprimidos de toda a região. Diante do ataque do sionismo e imperialismo, estamos ao seu lado e ao da resistência armada contra os opressores, não importa as críticas e divergências que tenhamos quanto à sua política e seus métodos.

O sionismo, braço armado do imperialismo estadunidense no Oriente Médio, tenta há um ano eliminar o Hamas, a organização política e militar que foi eleita para governar a Faixa de Gaza pelos palestinos, expressa sua resistência e tem seu apoio para combater a opressão e o massacre realizado pelo Estado enclave de Israel. Doze meses de genocídio, 41 mil mortos, na maioria mulheres e crian-

ças, não foram suficientes para derrotar a resistência palestina, e para impor o domínio total do sionismo e do imperialismo sobre a região e seus recursos. No mundo todo, Israel é considerado pelas massas oprimidas como um Estado pária, genocida, uma máquina de matar alimentada pelos Estados Unidos e pelos governos burgueses cúmplices dos assassinatos em massa – incluídos aí, tanto os extremos-direitistas, direitistas, como os autodenominados “de esquerda”.

Diante desse fracasso em toda linha do sionismo, ele e seu amo, os Estados Unidos, buscam expandir a guerra a toda a região, e também a outras partes do mundo. As potências imperialistas amargam o retrocesso geral de suas forças produtivas, especialmente nas duas últimas décadas, em que foram reduzidas à metade do espaço que antes ocupavam no mundo. A única saída para retomarem uma recomposição do retrocesso produtivo é a destruição em grande escala das forças produtivas mundiais, continuar na colonização de territórios e recursos, e o incremento da indústria bélica, que não depende das variações do comércio mundial, e pode

arrastar para cima a cadeia produtiva desse setor, concentrado em grande medida nas potências imperialistas. Por isso, a política imperialista é a de impulsionar as guerras em toda parte e agravar a opressão social e nacional.

A China, principalmente, mas também a Rússia, vêm beneficiando-se do retrocesso das forças produtivas dos países imperialistas e de assentarem suas economias na preponderância da propriedade nacionalizada (conquistada pelas revoluções proletárias). A China detém mais de um terço das forças produtivas mundiais, e já tem uma marinha militar maior que a dos EUA. A Rússia multiplicou por dez a renda per capita nos últimos dez anos, e provou a ineficácia das sanções comerciais e econômicas imperialistas. Para o imperialismo mundial, é imperioso destruir essas economias, a fim de permitir uma recomposição das forças produtivas mundiais sob seu controle, e adiar a morte do capitalismo e sua superação histórica pela transição ao socialismo.

Para as burocracias que governam China e Rússia, porém, o que interessa é a preservação imediata de sua fonte de poder e ganhos: a

O sionismo, braço armado do imperialismo estadunidense no Oriente Médio, tenta há um ano eliminar o Hamas, a organização política e militar que foi eleita para governar a Faixa de Gaza pelos palestinos, expressa sua resistência e tem seu apoio para combater a opressão e o massacre realizado pelo Estado enclave de Israel.

//
...
—

Não se deve restringir o ataque sionista e imperialista apenas ao Hezbollah. Foi um ataque ao povo do Líbano. **Foi um ataque aos palestinos, que foram apoiados inclusive militarmente pelo Hezbollah. Foi um ataque ao conjunto das massas do Oriente Médio. Foi um ataque ao proletariado mundial, que luta como pode contra a burguesia mundial, o imperialismo.** —

propriedade nacionalizada. Jamais estiveram interessadas em desenvolver a revolução socialista mundial. Por isso, desde sempre e até hoje, buscam acordos com o imperialismo que lhes permitam permanecer no poder. Com essa política, apesar de seus zigue-zagues, conduzem seus países para a contrarrevolução capitalista. A revolução política, que devolverá o poder político e econômico ao proletariado usurpado, é que permitirá retomar o caminho do avanço na transição ao socialismo e disporá dos recursos dos estados operários para ajudar a resistência e avanço das massas oprimidas para sua autodeterminação. Isso será obra das massas chinesas e russas, e de mais ninguém.

Citamos as burocracias contrarrevolucionárias porque construíram relações de interdependência política, econômica e militar com países e organizações do Oriente Médio. Com tropas russas dentro da Síria, seria possível deslocá-las rapidamente para barrar o genocídio sobre os palestinos. Certamente, isso poderia abrir uma nova guerra com os EUA e demais países imperialistas, além da que se desenrola na Ucrânia. As ações e também os discursos dos governos da China e Rússia se colocam terminantemente contra a

resposta bélica aos ataques promovidos pelos EUA e Israel, no mundo todo, e especialmente no Oriente Médio. Os recentes ataques de Israel ao Irã, à Síria, ao Líbano, em outros tempos, certamente já teriam desencadeado uma guerra aberta. Mas as pressões vindas especialmente da Rússia, mas também da China, desarmam a resposta militar, e abrem caminho a mais massacres. Evidenciam mais uma vez o caráter reacionário das burocracias contrarrevolucionárias, desta vez no cenário mundial.

Hassan Nasrallah Nasceu num bairro pobre de Beirute, e logo aos 15 anos já estava engajado na resistência contra o imperialismo e o sionismo. Foi expulso de seus estudos no Iraque, por ser xiita, aos 18 anos. No Irã, na década de 1980, conheceu o líder do Hezbollah, Abbas Musawi, que foi assassinado por um ataque israelense em 1992. A partir de então, Nasrallah ocupou seu lugar. Mas, desde 1982, participava da organização do grupo, criado para resistir à ocupação militar do sul do Líbano por Israel. Com apoio do Irã, expandiu o Hezbollah, tanto armando-o com milhares de mísseis, como realizando uma série de atividades assistenciais, que foram expandido seu apoio junto à população pobre. O mais

forte ataque de Israel ao QG do Hezbollah o matou, apesar de sua prática de segurança, que evitava aparições públicas e se comunicava principalmente por vídeos. E não só ele foi assassinado, mas outras lideranças do Hezbollah que estavam no prédio. Bombas estadunidenses desenhadas para ataques a bunkers foram usadas – um buraco de 20 metros de profundidade foi aberto no local do ataque. A assinatura dos Estados Unidos está no assassinato de Hassan Nasrallah.

Não se deve restringir o ataque sionista e imperialista apenas ao Hezbollah. Foi um ataque ao povo do Líbano. Foi um ataque aos palestinos, que foram apoiados inclusive militarmente pelo Hezbollah. Foi um ataque ao conjunto das massas do Oriente Médio. Foi um ataque ao proletariado mundial, que luta como pode contra a burguesia mundial, o imperialismo.

Nenhuma disputa pode ser colocada acima da defesa dos palestinos e dos libaneses que estão sofrendo ataques genocidas neste exato momento. É tarefa do proletariado mundial derrotar o sionismo e o imperialismo em suas intenções de expandir a guerra, os massacres e a destruição de forças produtivas, entre elas a for-

ça de trabalho, as pessoas, a gente. Estrangular Israel no mundo todo, exigindo dos governos, por meio da luta de classes, a ruptura total de relações de todo tipo com o Estado genocida. Qualquer relação mantida colabora e torna cúmplice todo e cada um dos governos que as preserva. Não importa se são um bilhão ou dez bilhões, vão ser usados no genocídio. Cada vida palestina importa. E é preciso erguer bem alto a bandeira da Palestina Livre do Rio ao Mar, com o conteúdo do fim do Estado genocida de Israel.

Se as massas mundiais avançam nessa direção, estarão dando passos para derrotar o sionismo e o imperialismo em toda parte, e se organizando para varrer com seus governos cúmplices do genocídio. Darão passos no sentido da revolução proletária, e abrirão o caminho para revolução socialista mundial, única via para acabar definitivamente com as guerras e toda forma de opressão. ●



PPRI



ppri4.org / ppri.partido
ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistagloria@proton.me //
correnteestudantilmarxistagloria@proton.me

O Estado sionista de Israel - a mando dos Estados Unidos - *ataca o Líbano e quer uma guerra generalizada no Oriente Médio*

Responder com a guerra e a insurreição das massas por todo o Oriente Médio! É tarefa do proletariado mundial derrotar o sionismo e o imperialismo no mundo todo!



Manifesto PPRI - 26 de setembro 2024

Israel detonou milhares de pagens e rádios carregados de explosivos, matando dezenas de libaneses, dentre eles crianças e mulheres, e ferindo e mutilando mais de 4 mil. Nos dias seguintes ao ataque terrorista, bombardeou a capital, Beirute, e o sul do Líbano. Mais de 600 mártires pagam os libaneses e sua resistência armada, por se colocarem incondicionalmente ao lado dos palestinos. Israel já tinha atacado a capital do Irã e a da Síria. Esses atos terroristas são uma declaração de guerra, total e completa, contra a resistência e as nações e povos oprimidos, feita pelo sionismo e pelo imperialismo.

O ataque aos aparelhos eletrônicos foi planejado e preparado por décadas pelo Mossad e as agências de inteligência norte-americanas. A operação não poderia acontecer sem conhecimento e apoio dos EUA e das empresas envolvidas na produção, transporte, montagem e entrega desses aparelhos.

Montaram-se empresas fantasmas israelenses, que intermediaram entre o fabricante original dos aparelhos e o Hezbollah. Escancarou-se a unidade dos monopólios, o imperialismo e o sionismo no plano terrorista, para atacar brutal e sanguinariamente uma nação oprimida. É essa mesma aliança de interesses econômicos e políticos que há um ano tenta esmagar os palestinos. Assassina-se povos inteiros para colonizar terras, roubar e se apossar de recursos naturais, controlar governos e fazer do Oriente Médio um território controlado e sob domínio da exploração monopolista, imperialista e sionista. Mas, assim como não conseguem derrotar os palestinos, nem suas organizações da resistência armada, não poderão tampouco varrer do mapa a resistência das massas e das organizações libanesas, as quais estão unidas a seus povos e suas terras por laços inquebrantáveis, e pelo objetivo de conquistar sua

total autodeterminação.

O objetivo do sionismo é esmagar os povos que resistem, por meio da guerra e carnificina, e no caso do Líbano, obrigar o Hezbollah a abandonar os palestinos, em troca de acordos de "paz". Especialmente, objetiva impedir pela violência reacionária que se estenda a resistência e revolta, e que essas possam vir a criar condições para uma derrota militar, política e regional do estado sionista e dos EUA. Se, para isso, é preciso generalizar o genocídio, o terrorismo e arrastar nações inteiras à guerra, pretendem fazê-lo! O holocausto palestino e, agora, a projeção da guerra para o Líbano, objetivam estender a colonização de territórios e recursos, controlar a extração e utilização de riquezas naturais da região, e bloquear a expansão comercial e política dos estados operários degenerados para, desse modo, facilitar a ofensiva pela destruição de suas economias nacionalizadas e desses mesmos estados

Assassinam-se povos inteiros para colonizar terras, roubar e se apossar de recursos naturais, controlar governos e fazer do Oriente Médio um território controlado e sob domínio da exploração monopolista, imperialista e sionista. (...) não poderão tampouco varrer do mapa a resistência das massas e das organizações libanesas, as quais estão unidas a seus povos e suas terras por laços inquebrantáveis, e pelo objetivo de conquistar sua total autodeterminação.



operários, para transformá-los em semicolônias. Esse é o objetivo das guerras econômicas e bélicas declaradas, direta ou indiretamente, pelo imperialismo e pelo sionismo no Oriente Médio, na África, na Ásia, na América Latina e na Europa, assim como na Ucrânia.

Nenhum governo burguês está pela paz, com exceção de um punhado de nações oprimidas. Rússia e China, junto de seus aliados na região, Irã e Síria, almejam que se negocie um cessar-fogo via organismos internacionais, deixando passar o tempo e facilitando o derramamento contínuo do sangue palestino, libanês e iemenita. As burocracias herdeiras do estalinismo mantêm uma posição reacionária e, em última instância, de cumplicidade com o genocídio e os massacres, ao não dispor todos seus recursos à disposição das lutas e da resistência contra o sionismo e o imperialismo. Por isso, enquanto o imperialismo faz negócios com a guerra e procura estendê-la por toda parte, objetivando a destruição das propriedades nacionalizadas russa e chinesa, e por meio da destruição massiva de forças produtivas criar uma sobrevida para sua decomposição, as burocracias buscam o acordo que preserve seus interesses particulares, e tudo fazem para obstaculizar e abortar a luta instintivamente anti-imperialista, impedindo-a de ganhar unidade e projeção internacionais.

Na Inglaterra, centenas de ativistas pró-Palestina destruíram equipamentos de empresas israelenses. Greves e piquetes em fábricas e bloqueio de portos em diversos países impediram ou dificultaram a produção

e envio de armamentos e munições para Israel. Mas, são medidas impostas pelas bases, que instintivamente se solidarizam com os palestinos, e não se estendem e unificam nacional e internacionalmente, por conta das traições de suas direções sindicais e políticas, submetidas aos governos burgueses cúmplices e financiadores do sionismo e de suas guerras e genocídios. No Brasil, as direções sindicais não agem diferentemente: trocam vidas palestinas e libanesas pela defesa da governabilidade e da vitória eleitoral do governo de frente ampla burguesa. Está para ser retomado o contrato da compra de obuseiros israelenses à Elbit, e se continua enviando petróleo para Israel, porém, as direções sindicais e populares se negam a convocar as massas nas fábricas, nos comércios, nos serviços, e a população em geral, para fechar as ruas de todo o país, ocupar as fábricas ligadas a Israel, ocupar as universidades por tempo indeterminado e impedir o normal funcionamento da produção, da educação e dos serviços, até que o governo rompa imediata e incondicionalmente todas as relações entre Brasil e Israel.

A derrota do sionismo e do imperialismo é uma tarefa da classe operária mundial. Essa tarefa histórica não se alcançará com pedidos aos governos, processos jurídicos ou cartas aos organismos internacionais, se aliando e se subordinando aos governos que mantêm o genocídio acontecendo, a exemplo do governo Lula/Alckmin. Não se alcançará com papeleta eleitoral, nem com subordinação à democracia burguesa, mas com a luta de classes aberta, e de-

clarando a guerra à burguesia e seus governos. Agindo unitariamente e se impondo com sua força coletiva contra suas direções traidoras, paralisando as indústrias ligadas, especialmente, às potências imperialistas, a classe operária aliada aos demais oprimidos ajudará, em cada país, a avançar na derrota total do sionismo e do imperialismo.

Um passo que deem as massas mundiais em sua ruptura com a conciliação de classes e em seus métodos próprios para estrangular e destruir as bases econômicas, políticas e sociais do sionismo e do imperialismo em cada país, é muito mais efetivo e útil à luta das massas palestinas, iemenitas, iraquianas, sírias e libanesas que toneladas de papéis e escritos, declarações retóricas, votações e choramingo constrangido pelos mortos em atos e palestras. Declarada a guerra aos oprimidos, estes devem declarar a guerra total contra os opressores e carneiros, para destruir seus exércitos e estados, e exigir dos governos árabes toda a ajuda militar e política que seja necessária para derrotar Israel e os EUA. Se não o fazem, então se deve convocar os explorados a derrubá-los e julgá-los por seus crimes e traições.

A luta de classes e solidariedade internacionalista do proletariado com os palestinos, libaneses e houthis ajudará na derrota militar do sionismo e do imperialismo no Oriente Médio e também na Ucrânia, e ainda enfraquecerá as burguesias em seus países, e abrirá uma via para sua derrocada e para a revolução social por toda parte. A luta das massas palestinas, libanesas e iemenitas se integram e são parte da luta da classe operária

pela conquista do poder e pela sua emancipação.

Há pouco dias de se cumprir um ano da nova ofensiva de limpeza étnica e genocídio dos palestinos, os oprimidos se acham perante a deflagração de uma guerra que terá trincheiras de classe claras, que separam os opressores e genocidas dos povos e nações oprimidas. Defendemos e nos colocamos ao lado do legítimo direito de qualquer povo oprimido – com qualquer meio e método a sua disposição – para derrotar seus opressores. A derrota total do sionismo e do imperialismo no mundo todo é que se abrirá caminho à verdadeira paz!

A trincheira dos revolucionários e dos marxistas é sempre ao lado dos povos e nações oprimidas, de suas organizações armadas, sem compactuar com seu programa nem sua política, combatendo ao lado dos explorados e oprimidos com seu próprio programa e estratégia revolucionária. Está plenamente vigente a tarefa de convocar a unidade frentista anti-imperialista e antissionista dos explorados, e defender incondicionalmente seu direito irrestrito de utilizarem de qualquer método de combate contra seus opressores porque a derrota do imperialismo favorece a luta de classes mundial. ●

***Viva a heróica
resistência palestina
e libanesa! Guerra
total aos genocidas
e opressores por
todo o Oriente
Médio! Expulsar o
imperialismo do
Oriente Médio! Fim do
estado sionista!***

“Um ano de genocídio, um ano de resistência”**A pressão dos acontecimentos obriga as direções a radicalizarem seus discursos nas pequenas manifestações, *mas continuam a rejeitar a organização das massas, o que favorece os sionistas e o governo cúmplice***

No dia 7/10, cumpriu-se um ano da ação da resistência contra o genocídio palestino que começou há 76 anos, com a criação do Estado de Israel como um enclave militar da burguesia imperialista. Essa realidade histórica foi expressa nas palavras de ordem e nas bandeiras erguidas no ato convocado pela Frente Palestina São Paulo (FPSP), no dia 08/10, que se destacavam por defenderem a resistência armada e a ruptura imediata de todos os acordos e relações entre Brasil e Israel. A extensão do holocausto da Palestina para o Líbano e os atos abomináveis contra palestinos e libaneses que vêm impondo a radicalização de suas intervenções e reivindicações voltadas ao governo federal sobre as correntes e movimentos.

Recém-saídas das campanhas eleitorais do primeiro turno, no qual se dedicaram a mobilizar dezenas de milhares para as campanhas eleitorais, as direções petistas, estalinistas e centristas não se dispõem a organizar mais que algumas centenas para impor ao gover-

no a imediata ruptura de relações entre o Brasil e Israel. A defesa eleitoral e política do governo burguês de frente ampla burguesa e o imobilismo imposto às bases favorecem a demagogia de desenvolver uma retórica radicalizada contra o governo em pequenos atos – reduzidos por conta desse imobilismo –, enquanto sua ação nos sindicatos e organizações favorece a hipocrisia de o governo acusar Israel de massacres e continuar com os acordos comerciais, as relações diplomáticas e o financiamento do genocídio, a exemplo do envio de petróleo. A cumplicidade do governo com o genocídio é acobertada e sustentada pelas direções que lhe servem de correia eleitoral, tornando-as, objetivamente, em corresponsáveis objetivamente dos atos do governo. Note-se ainda que o Ministério das Relações Exteriores brasileiro publicou uma nota sobre o 7 de outubro acusando o Hamas de terrorista, citando 1.200 mortes e mais de 200 prisões de judeus, e calando-se completamente sobre o genocídio de mais de 41 mil palestinos desde então.



O PPRI destacou na sua fala a importância de impulsionar a luta de classes para atacar e estrangular o sionismo e o imperialismo, e a necessidade de combinar essa luta com a da resistência palestina para poder derrotar o sionismo e o imperialismo com os métodos próprios das massas. E que essa é uma tarefa imprescindível a ser cumprida em nosso país para impor ao governo a ruptura com Israel e, assim, ajudar aos palestinos muito mais que apenas com palavras e declarações inconsequentes. ●

Fala do PPRI no ato do dia 08/10

Eu vou insistir em uma questão que é importante de ser lembrada, em um ano de genocídio e um ano de resistência dos palestinos, e, hoje, dos libaneses, contra a brutal ofensiva genocida sionista. O importante a ser dito é que, apesar dos escombros, apesar da carnificina, apesar da mortandade, há uma lição que o povo palestino, e hoje o povo libanês, trazem a todos os movimentos pelo mundo inteiro e no Brasil, que estão pela defesa da Palestina livre, do rio ao mar. E essa lição é: deve-se resistir, deve-se combater, a opressão colonial, a opressão racial, o apartheid, com os métodos próprios da luta das massas. Nesse sentido, o PPRI defende que o dia 7 de outubro deve ser lembrado e deve ser também festejado pelos movimentos, pela resistência Palestina contra a sua aniquilação e contra sua expulsão.

É a derrota do imperialismo, é a derrota do sionismo, combinando a luta das massas e a resistência por todo mundo, que vai dobrar esses governos, vai impor aos governos a ruptura das relações! Porque tem uma coisa que tem que ser dita, e isso é: todos os governos burgueses que estão submetidos ao imperialismo norte-americano e europeu financiam, de uma forma ou outra, com bilhões, ou com centenas de milhões, ou

com um centavo, o genocídio e a carnificina dos palestinos.

Então, a defesa da resistência, e estar ao lado dela pela derrota do sionismo, exige de todas as direções políticas e sindicais que mobilizem as bases, a classe operária e os demais oprimidos, porque disposição de luta há no mundo inteiro! Vejam na Europa, todos os movimentos. Vejam na Inglaterra, os ataques contra a indústria militar. Tudo isso deve ser generalizado. Deve-se combinar essa luta da classe operária e esses movimentos que bloqueiam portos com a resistência palestina, e com sua expressão genuína, ainda que não concordemos, nem com seus métodos, nem com seu programa. Há que estar ao lado da resistência palestina pela derrota do sionismo.

Essa é a tarefa principal! Porque combinando essas duas tarefas: a mobilização da classe operária para atacar os interesses do sionismo nos países imperialistas com a luta das massas palestinas e de sua resistência, é que se abrirá um caminho, não apenas para a derrota do sionismo e do imperialismo, mas também para dar passos efetivos na construção de uma Palestina única, livre, socialista, parte dos Estados Unidos Socialistas [do Oriente Médio].



Um ano de genocídio, um ano de resistência palestina **Pela unidade das massas mundiais para derrotar o sionismo e o imperialismo atacando suas bases econômicas e interesses por todo o mundo!**

Manifesto PPRI - 8 de outubro 2024

Completa-se um ano da nova fase do genocídio palestino que começou há 76 anos com a criação do estado de Israel como enclave do imperialismo. De fora para dentro da realidade e da história dos povos árabes se implantou uma fração da burguesia imperialista sobre a base da colonização, apartheid e opressão nacional sobre os palestinos e árabes. As mentiras sionistas e imperialistas sobre os massacres de “selvagens” terroristas são uma falsificação ideológica para acobertar seu objetivo de expandir e colonizar toda a Palestina, Líbano, parte da Síria e do Iraque. Para isso, sionistas e imperialistas recorrem aos massacres de civis, à destruição de toda a infraestrutura e serviços necessários à vida, às violações e torturas sistemáticas de presos, à destruição de moradias e expulsão de centenas de milhares de palestinos e libaneses de suas terras e casas, à brutal opressão social e nacional, à guerra permanente, enfim, a transformar Oriente Médio em terra arrasada e Gaza e Cisjordânia em campos de concentração e de extermínio em escala industrial, como fizeram os nazistas com os próprios judeus.

Está fartamente comprovada a inutilidade da pressão sobre os organismos internacionais e as resoluções jurídicas que em nada servem para impedir o genocídio palestino e, agora, libanês. A Corte Internacional de Justiça (CIJ) resolveu processar os chefes sionistas por crimes de guerra e limpeza étnica. A ONU exigiu o embargo militar

a Israel e exigiu a retirada desse dos territórios anexados. Tirou da gaveta a proposta dos dois estados que é uma armadilha erguida contra palestinos para abandonar sua legítima resistência e combate contra seus opressores e genocidas. Uma manobra que serve aos governos árabes para bloquear a autodeterminação palestina conquistada na luta e negociar com os sionistas à custa do sangue dos palestinos.

...

As direções sindicais e populares que sustentam o governo burguês de Lula/Alckmin não organizam os trabalhadores para fazer greves e ocupações, não radicalizam e massificam as manifestações de rua, **favorecendo com sua inação a demagogia do governo de falar de genocídio enquanto continua financiando com envio de petróleo e compras de armas e tecnologia israelenses o holocausto palestino.**

Que serve para trazer de novo a cena o traidor Mohamad Abbas e à cúmplice Autoridade Nacional Palestina que dão as costas à destruição do Hamas e ao extermínio palestino para preservar seus interesses políticos e seus negócios com a burguesia sionista.

No Brasil, as eleições mostram que todos os partidos da ordem burguesa, desde a esquerda à ultradireita, estão, direta ou indiretamente, pela continuidade do genocídio, seja se omitindo (frente ampla burguesa), seja apoiando (a ultradireita). As direções sindicais e populares que sustentam o governo burguês de Lula/Alckmin não organi-

zam os trabalhadores para fazer greves e ocupações, não radicalizam e massificam as manifestações de rua, favorecendo com sua inação a demagogia do governo de falar de genocídio enquanto continua financiando com envio de petróleo e compras de armas e tecnologia israelenses o holocausto palestino. ■ ■ ■ ■

é ser cúmplice dos crimes e massacres. Diferentemente, a ruptura de contratos com qualquer empresa ou instituição israelense seria um golpe a sua capacidade de continuar o genocídio. É por decisão de Lula e interesses eleitorais que se bloqueia e impossibilita qualquer ação organizada e radicalizada dos trabalhadores brasileiros atacando os interesses dos sionistas em nosso país. Trocam apoios, financiamento e votos por vidas palestinas!

Todos os governos burgueses defendem o genocídio e o financiam seguindo servilmente as ordens do

continua →

te-americano. Implementam-se restrições às liberdades de manifestação e organização para impedir que a revolta das massas acabe atingindo os negócios da indústria militar e do capital financeiro com o genocídio e os massacres de palestinos, libaneses e os povos árabes em geral. Por isso é que nenhum governo burguês está genuinamente pela paz, nem na Palestina e Líbano, e nem na Ucrânia, com exceção de um punhado de nações oprimidas que logo passam a sofrer ameaças intervencionistas, de golpes de estados ou cerco do imperialismo.

Somente as massas comprometidas com a vitória dos palestinos e que defendem sua autodeterminação, e hoje se colocam também ao lado dos libaneses e de sua resistência, combatem verdadeiramente pela vitória dos palestinos, apesar de sofrer de repressão e perseguição dos governos. Os ataques dos governos às massas mundiais que cavaram sua trincheira internacionalista junto aos palestinos e contra o sionismo tem por objetivo continuar as guerras e intervenções que reportam elevados lucros ao capital financeiro, em meio ao retrocesso geral da indústria imperialista e de avanço das economias nacionalizadas sob controle das burocracias contrarrevolucionárias. As guerras travadas pelo imperialismo - seja se servindo de Israel ou da Ucrânia - tem por objetivo estratégico expandir o cerco militar sobre as fronteiras nacionais da Rússia e China para destruir as economias nacionalizadas pelas revoluções proletárias, e assim recompor as forças produtivas mundiais sob completo domínio monopolista. Para isso, deve derrubar as burocracias, destruir os Estados Operários e estilhar Rússia e China em inúmeros estados étnicos e semicoloniais, aplicando neles o mes-

mo método e estratégia com a qual procedeu à divisão de Oriente Médio para impor seus interesses mais gerais. Entretanto, as burocracias russa e chinesa tudo fazem para negociar um cessar-fogo e retirar as forças militares que cercam a China e a Rússia na Ásia. Rejeitam prestar toda a ajuda necessária para que as massas palestinas, libanesas e árabes em geral derrotem o sionismo e o imperialismo e conquistem sua autodeterminação nacional. E transformaram-se em cúmplices do genocídio e são também responsáveis do derramamento contínuo do sangue nas nações e povos oprimidos.

A obstinada e heroica resistência libanesa, palestina, houthi, as manifestações operárias e populares por todo o mundo contra o genocídio e pela ruptura dos acordos com Israel, já deixaram claro que existe uma alta da luta de classes e também condições para a derrota do sionismo e imperialismo. Na Europa, América Latina, Ásia, África e os EUA realizam-se greves, ocupações, manifestações e até a destruição de equipamentos bélicos para impedir ou dificultar o funcionamento da maquinaria militar sionista e imperialista. As massas em luta criam condições para sua unificação por cima das fronteiras nacionais capaz de derrotar o sionismo, suas burguesias e seus governos. Mas, não avançam em sua unificação e radicalização porque está ausente sua direção revolucionária que possa projetar essas tendências instintivamente revolucionárias do proletariado e dos oprimidos sob um programa comum, anti-imperialista e anticapitalista, partindo de suas experiências e sem nunca conciliar com o programa e métodos de suas direções políticas e nacionais. Para dar passos a sua independência e abrir caminho

à luta revolucionária necessitam travar uma guerra total contra os opressores e carneiros em todos os países, abrindo assim um caminho à derrocada revolucionária das burguesias dos países imperialistas e das burocracias contrarrevolucionárias nos Estados Operários degenerados. A revolução política é decisiva para preservar as conquistas revolucionárias ameaçadas de destruição pelo imperialismo, e para que o proletariado, retomando o poder e controle sobre a economia nacionalizada e estados operários, e coloque a disposição das nações e povos oprimidos todo o necessário para sua vitória!

Para os revolucionários, a vanguarda com consciência de classe e os que genuinamente estão ao lado dos palestinos e libaneses, o dia 7 de outubro deve ser lembrado e celebrado como um mais dos mais elevados atos da resistência palestina e de sua heróica determinação para lutar pela sua libertação, que será somente conquistada com a destruição do estado de Israel. Não há outra via para a emancipação e autodeterminação Palestina. Mas, só se poderá avançar por esse caminho se a vanguarda com consciência de classe se funde à luta das massas e, em meio delas, defende a estratégia revolucionária da Palestina una e socialista, livre de opressão de classe e nacional, e que se erguerá como um elo na luta da emancipação dos povos árabes pela via dos Estados Unidos Socialistas de Oriente Médio. ●

Viva a resistência heróica dos povos e das organizações palestinas e libanesas! Pela derrota militar do sionismo e a destruição do Estado genocida e terrorista de Israel! Abaixo as burguesias e governos cúmplices do genocídio! Unificar a luta das massas mundiais sob o objetivo comum de estrangular as bases econômicas e políticas dos carneiros do mundo! Pela unidade mundial dos oprimidos sob o programa da Palestina una e socialista e da revolução proletária por toda parte!

FOLHETO**Guillermo Lora e a Rússia****EM DEFESA
DAS CONQUISTAS
DA REVOLUÇÃO
PROLETÁRIA**e da Revolução
Política como
parte da Revolução
Mundial Socialista

Adquira com nossos militantes!


FOLHETO NOVO!**COMO É (DE FATO) a
RUSSIA HOJE**A **economia nacionalizada** mantém as bases sociais
e econômicas do Estado Operário Degenerado,
apesar da burocracia contrarrevolucionária

Adquira com nossos militantes!



O imperialismo e seus estados vassallos estendem a guerra e o intervencionismo bélico para impor seus interesses

As massas devem declarar a guerra total aos opressores e avançar na luta de classes por toda parte!

 Fechamos este jornal quando Israel iniciava uma invasão terrestre no Líbano e atacava alvos na Síria, e o Irã retaliava os sionistas, atacando Israel com centenas de mísseis balísticos, pelo assassinato do chefe do Hamas, Ismail Haniyeh, do Hezbollah, de Hassan Nasrallah, e de um brigadeiro-general da Guarda Republicana reunido com aquele, no quartel geral da milícia xiita, na capital do Líbano, Beirute. Os ataques iranianos atingiram bases aéreas da Forças de Defesa do Israel (FDI).

Sob a farsa de criar uma “zona tampão” na fronteira norte de Israel, para garantir o retorno dos colonos sionistas aos territórios ocupados no norte da Palestina, os sionistas estendem sua guerra pela expansão e colonização da Palestina para o Líbano e também para a Síria. A mídia israelense vem promovendo e publicizando o objetivo de constituir um “grande Israel”, que estenderia suas fronteiras para toda a Palestina, Líbano e maior parte da Síria, Iraque e Egito (até o rio Nilo). Já se realizam leilões e promoções de novos assentamentos para colonos sionistas na Palestina e no sul do Líbano.

Esse expansionismo militarista não será possível sem destruir o Hamas e derrotar o Hezbollah, e sem massacrar e expulsar milhões de suas terras e na-

ções. O Hezbollah é parte do governo libanês, e o Hamas é o governo eleito pelos palestinos em Gaza, e são uma genuína expressão da luta das massas pela sua autodeterminação. Sua destruição pelo sionismo é parte do objetivo da limpeza étnica e expulsão dos palestinos e libaneses de suas terras, para que o sionismo e o imperialismo tomem posse de seus territórios e recursos, em benefício dos lucros da burguesia monopolista. Além do Hamas, Hezbollah, milícias iraquianas e dos houthis, apenas o Irã oferece uma limitada resistência militar a esses planos colonialistas, que têm por trás os EUA. O sionismo é um braço armado e enclave territorial imperialista para expandir seu controle militar e político sobre riquezas, territórios e povos oprimidos. O agravamento da opressão nacional e a destruição maciça de forças produtivas, estendendo as guerras por toda parte, é a política traçada pelo imperialismo para sobreviver à sua decomposição.

As eleições nos EUA e na Europa mostram que todos os governos e partidos, da esquerda e direita, defendem os interesses imperialistas, e adotam medidas reacionárias de ataques às massas e de restrição das liberdades democráticas, para assim continuar as guerras e intervenções que concedem elevados lucros ao capital financeiro, em meio ao retrocesso geral da

O sionismo é um braço armado e enclave territorial imperialista para expandir seu controle militar e político sobre riquezas, territórios e povos oprimidos. **O agravamento da opressão nacional e a destruição maciça de forças produtivas, estendendo as guerras por toda parte, é a política traçada pelo imperialismo para sobreviver à sua decomposição.**

indústria imperialista, e avanço das economias nacionalizadas sob controle das burocracias contrarrevolucionárias da China e Rússia. As guerras servem também para forçar a passagem à reconquista de mercados perdidos pelo imperialismo para a China e a Rússia, assim como sobre as nações oprimidas que ainda resistem a seus ditames, como Síria e Irã.

Isto se observa também no Leste Europeu na guerra travada entre o imperialismo – por meio da Ucrânia – contra a Rússia, objetivando a sua derrota e a expansão do cerco militar sobre suas fronteiras nacionais, continua →

É hora de as massas declararem a **guerra total contra os opressores e carneiros, para destruir seus exércitos e estados, e abrir caminho às revoluções com a derrota militar do sionismo e do imperialismo, e acabar com todos os governos e movimentos que são seus cúmplices.** (...) A derrota do sionismo e do imperialismo, no Oriente Médio, mas também na Ucrânia, abrirá uma via à derrubada revolucionária das burguesias dos países imperialistas e das burocracias contrarrevolucionárias nos Estados Operários degenerados.

para, finalmente, destruir a economia nacionalizada pela revolução proletária, repartir o país, e abrir uma via à retomada de forças produtivas sob seu completo domínio. Para isso, deve destruir o Estado Operário, derrubar a burocracia herdeira do estalinismo e estilhaçar Rússia em inúmeros estados étnicos e semicoloniais, opondo-os uns aos outros para controlá-los, aplicando ali o mesmo método e estratégia com o qual procedeu à divisão de Oriente Médio, para impor seus interesses mais gerais. Esse objetivo se entende, de todo modo, ao estado operário chinês, que tem ganhado força econômica mundial, e se expande deslocando o imperialismo do controle de mercados e fontes de matérias-primas.

O imperialismo impõe seus objetivos à esmagadora maioria dos países e governos burgueses. Nenhum governo burguês está pela paz, nem na Palestina/Líbano, nem na Ucrânia, além de servir de apoio à ofensiva bélica sobre a China – com exceção de um punhado de nações oprimidas. Entretanto, o ataque iraniano contra Israel e a obstinada e heroica resistência libanesa, palestina, houthi, iraquiana etc. mostram que existem condições para a derrota militar do sionismo e imperialismo. Porém, as burocracias russa e chinesa tudo fazem para que se negocie um cessar-fogo no Oriente Médio, se chegue a um consenso sobre a Ucrânia, e se retirem as forças militares que cercam a China e a Rússia na Ásia. Por isso sua rejeição a prestar toda a ajuda necessária para que as massas oprimidas palestinas, libanesas e árabes em geral derrotem o sionismo e o imperialismo e conquistem sua autodeterminação nacional. As burocracias herdeiras do estalinismo se transformaram em cúmplices do genocídio, e co-responsáveis pelo derramamento contínuo do sangue nas nações e povos oprimidos.

As massas exploradas e oprimidas do mundo todo se colocaram em defesa dos palestinos, e agora tomam a frente pela defesa dos libaneses. Na Europa, re-

alizam-se greves, ocupações, manifestações e até a destruição de equipamentos bélicos, para impedir ou dificultar o funcionamento da maquinaria militar sionista e imperialista. Essas ações são realizadas por organizações de base e sindicatos solidários com a luta dos palestinos, e engajados na derrota do sionismo, que confluem sob reivindicações comuns por cima das fronteiras nacionais. Mas, não avançam em sua unificação e coordenação internacional, porque lhes falta sua direção revolucionária, o que favorece seu bloqueio pelas direções sindicais e políticas traidoras, ou que mergulham no eleitoralismo, obstaculizando a radicalização das lutas das massas, e visando a garantir a governabilidade burguesa. Isso fortalece e favorece os governos reacionários e direitistas, que financiam o genocídio e as guerras imperialistas.

No dia 7 de outubro, completou-se um ano da nova fase do genocídio e limpeza étnica da Palestina que começou há 76 anos, quando da criação do estado de Israel como enclave do imperialismo para controlar as fontes de matérias-primas, manter as nações árabes no atraso e divididas, e abortar qualquer iniciativa independente e soberana de movimentos e governos contra os interesses monopolistas. Para os revolucionários, esse dia deve ser lembrado e celebrado pelas massas como um ato de resistência, e um indicador da determinação dos palestinos na luta pela sua libertação, que será conquistada com a destruição do estado de Israel e a construção de uma Palestina una, socialista, livre do rio ao mar.

Está declarada a guerra dos opressores e carneiros do mundo contra os explorados, as nações oprimidas e as conquistas revolucionárias do proletariado mundial em sua luta contra a burguesia (a propriedade nacionalizada). É hora de as massas declararem a guerra total contra os opressores e carneiros, para destruir seus exércitos e estados, e abrir caminho às revoluções com a derrota

militar do sionismo e do imperialismo, e acabar com todos os governos e movimentos que são seus cúmplices.

A derrota do sionismo e do imperialismo, no Oriente Médio, mas também na Ucrânia, abrirá uma via à derrubada revolucionária das burguesias dos países imperialistas e das burocracias contrarrevolucionárias nos Estados Operários degenerados. O programa da revolução política adquire na situação política uma importância decisiva para preservar as conquistas revolucionárias ameaçadas de destruição pelo imperialismo, e permitir a retomada do controle operário sobre a economia e o estado, que porá à disposição das nações e povos oprimidos tudo o que for necessário para sua vitória.


As massas e o proletariado mundiais devem cavar sua trincheira junto à dos explorados e nações oprimidas, e fazerem de tudo para ajudar na derrota do sionismo e imperialismo, atacando e estrangulando as bases financeiras, econômicas e industriais que alimentam o genocídio e as guerras imperialistas, impedindo-as de arrastar a humanidade para a barbárie. As tendências instintivamente revolucionárias do proletariado e sua luta devem estar combinadas e coordenadas com a luta das massas oprimidas árabes pela sua autodeterminação nacional. Por cima das diferenças nacionais, étnicas e religiosas, coloca-se a unidade anti-imperialista e anticapitalista das massas mundiais para derrotar seus inimigos comuns.

A unidade dos explorados e oprimidos se transformará em uma poderosa força social mundial, que impulsionará as massas para sua emancipação, e a luta de classes para conquistar suas reivindicações e, assim, derrotar os governos e os capitalistas. Mas, esse caminho depende de que se erga e defenda o programa e métodos proletários, se construa o partido revolucionário ligado à luta das massas, e que conquiste sua direção política sob a estratégia revolucionária. ●

ARGENTINA

Governo, partidos burgueses e frações capitalistas negociam a partilha de recursos fiscais, mas atacam de forma unificada as condições de vida das massas

É com a luta de classes que se derrotará a burguesia, o governo e os partidos burgueses de esquerda e de direita!

 No dia 21/08, a Câmara de Deputados rejeitou o *Decreto de Necessidade e Urgência* (DNU) 656/24, pelo qual o governo pretendia repassar \$ 1 bilhão para os organismos de inteligência do estado, orçamento que teria “caráter reservado”, ou seja, não seria submetido à fiscalização pública. O governo ultradireitista recorreu a outro DNU e à “lei de segurança”, para impô-lo sem debate no Congresso.

No dia 11/09, foi colocado em votação no Parlamento o veto presidencial à lei de reajuste às aposentadorias, aprovada pelo Congresso semanas antes. Após negociar com governadores, foi mantido o veto presidencial, deixando sem efeito o reajuste – que já era miserável. Uma massiva mobilização de aposentados para “pressionar” o Congresso se chocou com a passagem de deputados para a posição do governo, quando situacionistas e até oposicionistas (deputados do kirchenrismo) mudavam de posição, a partir de troca de cargos e financiamento para suas províncias e governos estaduais. A derrota dos aposentados se encerrou com violenta repressão, que feriu centenas de aposentados e manifestantes.

Há duas semanas, foi aprovado um reajuste no orçamento para as universidades públicas pelo Congresso, porém, por menos da metade do orçamento solicitado para permitir o funcionamento mínimo das instituições. No dia 2/10, quando o governo deveria posicionar-se, aprovando ou vetando o projeto de lei, foi realizada a segunda marcha nacional das universidades em defesa da educação pública, e apoiando a lei, sob ameaça de pararem de funcionar por falta de fundos. O governo respondeu vetando a lei e, agora, a devolverá; – o Congresso, mais uma vez, manteve o veto presidencial, contando com o apoio da direita e da dita oposição “dialoguista” da União Cívica Radical (UCR). Já foram convocadas greves do funcionalismo universi-

tário e dezenas de universidades foram ocupadas por estudantes. A vitória do governo, graças à compra e à venda de votos de parlamentares e governadores, não encerra a crise política e abre uma nova fase da luta de classes.

Enquanto essas manobras e negociações são feitas no interior do Parlamento, o capital financeiro apoia e festeja as medidas fiscais do governo ultradireitista. Milei impôs, por DNU (846), a dolarização das dívidas contraídas em pesos argentinos, e retirou qualquer restrição à imposição do FMI de montantes, taxas ou prazos para pagamento dos juros, que agora poderão ser fixados pelos investidores sem qualquer restrição legal ou jurídica. Por essa via, garantir-se-á aumentar artificialmente os montantes dos juros e, portanto, submeter o país às expectativas dos lucros parasitários.

Pesquisas recentes demonstram que, desde que Mieli assumiu a presidência, caíram drasticamente os investimentos estrangeiros no país, reduziram-se, em valor nominal e real, os créditos dos organismos internacionais, e despencaram seus investimentos na indústria e nos serviços, etc. O governo reacionário foi forçado a recorrer à China para garantir os investimentos necessários ao governo para cumprir suas obrigações financeiras com o imperialismo, mas também para subsidiar os capitalistas nacionais e os governos estaduais que o apoiam, em troca de recursos financeiros. Essa viragem foi imposta pelas necessidades objetivas da crise, e de pagar a dívida pública contraída (o imperialismo não oferece “fundos” em quantidade suficiente para renovar o “ciclo” de pagamento com dinheiro enviado pelo FMI), contraindo outra dívida com a China, que, de ser “inimiga da liberdade” e um país ao qual nunca se recorreria, passou a ser uma tábua de salvação do governo para não afundar na ingovernabilidade.

A dívida pública tem os fundos das pensões e aposentadorias como garantia, ou seja, são os assalariados e aposentados que garantem com seus ganhos o parasitismo financeiro. Quanto mais endividamento, mais crescerá o corte das aposentadorias e o esvaziamento dos serviços do estado em saúde, medicamentos, tratamentos, etc. Esse mecanismo foi utilizado em 2001, pelo governo de De la Rúa (UCR), que tinha entre seus ideólogos o atual ministro Federico Sturzenegger, e que levou ao confisco de depósitos bancários de assalariados e aposentados, quando declarado o Default da dívida, com o estado retendo bilhões de dólares para garantir o pagamento de parte dos juros da dívida externa.

O “anarco-capitalista” que, para algumas correntes, é uma ditadura civil, para não cair, depende de negociar permanentemente com o Congresso, e até com supostos “inimigos comunistas”. A escassez de dólares, a grave crise industrial e as pressões inflacionárias sobre as massas e os recursos fiscais reduziram a pó as margens de manobras retóricas do governo. Ficou claro que o ultradireitista irá recorrer a todas as manobras, compra de votos e tantos outros métodos de corrupção burguesa que permitam um governo, profundamente questionado e rejeitado pela maioria da população, poder continuar governado. O Congresso virou o fiel da balança para a permanência ou saída antecipada de Milei.

Enquanto essas negociações entre os diversos interesses inter-burgueses acontecem nas instituições, todas as frações burguesas apoiam o congelamento de salários, a destruição das aposentadorias e a violenta contrarreforma trabalhista. Na regulamentação da “Lei Bases” do governo, aprovada pelo Congresso por esmagadora maioria, se alterou a *Lei de Contrato de Trabalho/ LCT* (a CLT argentina). Agora, permitem-se os contratos precários (e por tempo

continua →



Greves e paralisações se estendem para universidades, hospitais, transporte aéreo, metalúrgicos, borracheiros, azeiteiros, etc. É sobre as bases que se mobilizam que a vanguarda revolucionária se deve apoiar, combatendo o bloqueios e as traições das burocracias sindicais atreladas ao kirchnerismo, mas também exigindo das direções classistas e centristas que continuem paralisando e convocando greves, e que aprovem uma ampla campanha, a ser realizada nas bases de todos os sindicatos que querem lutar e defender suas reivindicações.

determinado) em todos os setores da economia, modificando nos fatos todos os Convênios Coletivos, e abrindo caminho à destruição da estabilidade; separaram-se as aposentadorias dos salários de ativos; criam-se os “fundos” de aposentadorias, gerenciados por sindicatos e patrões, para pagar indenizações, que passarão a depender dos montantes arrecadados, e não dos índices fixados por lei; flexibilizam-se as demissões e habilita-se a ruptura de contratos pela patronal, sem qualquer justificativa, por exemplo com grevistas. Soma-se a isso o aumento do imposto sobre o salário que, junto do congelamento das aposentadorias, permitem que o governo reúna recursos adicionais para o pagamento da dívida pública – ou distribua fundos para estados, para compra de votos. E tudo isso acontece no momento em que

a pobreza atinge 60% da população (afetando 70% de crianças e jovens), 630 mil pessoas já perderam seus empregos, os aposentados afundam na indigência, aumentam-se as tarifas dos serviços em até 250%, aprofunda-se a recessão e destruição de capacidade industrial instalada por décadas, e se derruba o consumo.

O parasitismo financeiro, as privatizações, o favorecimento da exploração assalariada, a queda da produção, a desindustrialização e os cortes em salários e aposentadorias ajudam a alcançar conjunturais índices positivos nas contas públicas, porém, ao preço de agravar a decomposição da economia e das condições de vida das massas. Impulsionados pelas suas necessidades mais imediatas, os explorados e oprimidos recorrem à luta, fazendo greves, paralisando universidades, fechando rodovias e ruas, etc. Desde janeiro, observa-se uma tendência das massas a enfrentarem os ataques com seus próprios métodos. Se não avançam na nacionalização e na coordenação de suas medidas e ações – para as quais existem condições suficientes – é por conta da traição das direções sindicais, atreladas à oposição burguesa peronista, que procuram conter as manifestações e desviar a raiva operária e popular para servir de base de manobra dos kirchneristas no Congresso, visando a se apresentarem como alternativa eleitoral. Entretanto, já ficou claro que os governadores “peronistas” aplicam e aprovam as mesmas medidas nos seus estados, e recorrem também à repressão contra os movimentos e greves, perseguem sindicatos e organizações classistas, ou até processam penalmente


suas lideranças sem provas, tal qual faz o governo nacional, que tanto criticam e acusam de “repressor” e “ditador”.

Destaca-se na situação política que, apesar dos ataques, crescem as pressões das bases sobre os sindicatos e centrais, para que organizem a luta geral contra o governo. Greves e paralisações se estendem para universidades, hospitais, transporte aéreo, metalúrgicos, borracheiros, azeiteiros, etc. É sobre as bases que se mobilizam que a vanguarda revolucionária se deve apoiar, combatendo os bloqueios e as traições das burocracias sindicais atreladas ao kirchnerismo, mas também exigindo das direções classistas e centristas que continuem paralisando e convocando greves, e que aprovem uma ampla campanha, a ser realizada nas bases de todos os sindicatos que querem lutar e defender suas reivindicações.

A convocatória de uma assembleia geral de base e o trabalho para a formação de comitês unitários de luta podem ajudar o proletariado e os assalariados a passarem por cima do corporativismo sindical, e a confluírem na elaboração de um programa de reivindicações unitárias para derrotar o governo. A defesa da educação pública combinada à unificação das reivindicações salariais de todos os setores pode criar condições para a unificação das manifestações, protestos e lutas em andamento. As bandeiras da reestatização sem indenização de todas as privatizadas, da defesa das estatais e do controle operário coletivo podem, por sua vez, abrir uma via para a luta de classes, sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias. ●

Eleições regionais da Alemanha mostram avanço dos partidos fascistas e nacional-chauvinistas

Organizar a luta das massas pela defesa dos oprimidos com a ação direta!

 A Alternativa para Alemanha (AfD), partido de extrema direita, venceu as eleições legislativas regionais na Turíngia, com 32,8% dos votos. A União Democrática Cristã (CDU) obteve 23,6%. A aliança Sahra Wagenknecht – Por razão e Justiça (BSW), uma ruptura do Die Link (agrupamento de socialistas e antigos membros do PC da República Democrática da Alemanha/RPD), 15,8%. O Partido Social-democrata (PSD) do chanceler Scholz, alcançou 6,1%, e seus aliados Verdes e o Partido Democrático Livre (SDP) ficaram de fora, com 3,2% e 1,1%, respectivamente, abaixo da barreira dos 5%. Na Saxônia, a AfD ficou em segundo lugar, com 30,6%, e a CDU com 31,9%. O BSW obteve 11,8%. Os partidos da coalizão governista federal já anunciaram que não vão fazer acordos com a AfD, que cresceu 10% em relação às eleições anteriores, e será decisiva para censurar governos e votar leis, agravando a crise do governismo e seus aliados.

O boicote à energia e petróleo russos, produto do apoio do governo alemão aos ditames dos EUA na guerra na Ucrânia, criou uma grave crise energética, que alavancou o aumento dos preços de serviços e produtos de consumo. A inflação alcançou 7%: o nível mais elevado desde a “reunificação” entre a Alemanha ocidental e a RPD. A Alemanha retrocedeu nas suas capacidades industriais de

bens manufaturados de alto valor agregado, energia e produtos químicos. A produção manufatureira vem retraindo, desde 2017. Isto no quadro de avanço da China nos mercados europeus, antes monopolizados pela produção alemã. Empresas alemãs se deslocam para outros países, para baixar os custos. Na Polônia, as empresas alemãs investiram 37 bilhões de euros, e criaram 450 mil empregos. O que se reflete na estagnação do PIB (-0,1% no primeiro semestre de 2024) e na retração da produção industrial Alemã, que caiu em 0,75 pontos percentuais, em relação a outubro do ano passado.

O diretor executivo da Evonik Industries AG (produtos químicos), Christian Kullmann, afirmou: o país corre risco de se desindustrializar e ver uma onda de fechamentos de fábricas. A Volkswagen está avaliando aprovar milhares de demissões, e fechar fábricas, pela primeira vez em 87 anos de sua história. O governo é impotente para resolver esses problemas e, ao contrário, os agrava, ao intensificar o apoio à Ucrânia, e ao renunciar ao consumo da energia russa barata, aprofundando assim o rombo das contas fiscais e o retrocesso produtivo. Assim o reconheceu o próprio ministro das Finanças, Christian Linder: “*nós estamos empobrecendo porque não temos crescimento. Estamos ficando para trás*”, disse.

Desde a Segunda Guerra Mundial, a extrema direita

não vencia uma eleição regional. Seu crescimento se produz em meio ao curso de decomposição capitalista mundial. A extrema direita cresce, sobretudo, apoiada na pequena burguesia e em setores do proletariado que sofrem com os estragos das políticas do governo sobre suas condições de vida. No país, é ainda uma expressão particular do avanço geral dos partidos nacional-chauvinistas, ultradireitistas e de tendências fascizantes por toda a Europa. A eleição da BSW, cujo programa combina políticas reformistas e fim da ajuda militar à Ucrânia com medidas direitistas (controle à imigração), também expressa essa tendência.

A burguesia imperialista assume posições fascizantes e chauvinistas para proteger seus negócios e manter seus lucros elevados, o que se reflete nas medidas e políticas partidárias burguesas. Os partidos da ordem burguesa terão de assumir compromissos com a AfD ou a BSW, ou assumir as posições desses partidos para garantir sua governabilidade. É o que já acontece na França, quando Macron assume posições da ultradireita do Reagrupamento Nacional para governar. A Alemanha reflete esse curso, tanto mais rápido quanto mais importante é seu papel nas relações econômicas e políticas do continente.

O governo alemão dispôs enormes montantes de capital para “compensar” a destruição dos serviços estatais na RPD, quando da

//
...

Desde a Segunda Guerra Mundial, a extrema direita não vencia uma eleição regional. Seu crescimento se produz em meio ao curso de decomposição capitalista mundial. A extrema direita cresce, sobretudo, apoiada na pequena burguesia e em setores do proletariado que sofrem com os estragos das políticas do governo sobre suas condições de vida. No país, é ainda uma expressão particular do avanço geral dos partidos nacional-chauvinistas, ultradireitistas e de tendências fascizantes por toda a Europa. A eleição da BSW, cujo programa combina políticas reformistas e fim da ajuda militar à Ucrânia com medidas direitistas (controle à imigração), também expressa essa tendência.

“reunificação”, visando a manter mínimas condições de saúde, educação e emprego para as massas que se integravam ao capitalismo. O que viria a se combinar com o aumento da imigração, mão-de-obra mais barata, que levou ao subemprego e à destruição de direitos trabalhistas de um setor do proletariado, que não estava acostumado com essas chagas. A reunificação capitalista da Alemanha realçou a decomposição do regime burguês, e escancarou a traição do estalinismo, na destruição das conqui-

tas revolucionárias (propriedade estatizada, pleno emprego, atendimento médico e da saúde para todos, etc.). Não é por acaso que o Leste alemão se tornou um terreno fértil à expansão de posições nacionalistas reacionárias e chauvinistas. Com a ausência da direção revolucionária e com a extrema direita e a reação disfarçadas de “esquerda”, levantando reivindicações das massas (ainda que deformadas), as tendências de luta de classes são contornadas, e se favorece que setores desencantados das

massas sejam arrastados pelas posições demagógicas da AfD ou do BSW.

Somente um movimento baseado nas reivindicações que defendem a vida e direitos das massas, e que se posicione claramente pela solidariedade com todos os oprimidos, fundamentalmente palestinos e libaneses, criará condições objetivas para derrotar a extrema direita e as tendências fascitizantes, – acobertadas sob a retórica nazista ou reformista. O movimento pró-Palestina e pelo fim da guerra na Ucrânia pode

ser um firme ponto de apoio para combinar a luta reivindicatória ao objetivo da derrota do sionismo e do imperialismo na Palestina e na Ucrânia. A extrema direita achará condições para continuar crescendo, a não ser que as massas construam seu partido revolucionário. A história alemã mostra que não é possível derrotá-la no campo da democracia burguesa. Somente com um programa em defesa dos explorados e a força coletiva das massas, sob direção do partido revolucionário, é que isso será possível. ●

FRANÇA

Macron nomeia primeiro-ministro com cumplicidade da ultradireita ***A Frente Popular fracassa em usar a democracia burguesa a seu favor.*** ***Com as reivindicações e a luta de classes, as massas francesas podem abrir caminho para a política revolucionária***

Macron recusou nomear Lucie Castets – proposta pela Nova Frente Popular (NFP) como primeira-ministra – em nome da “estabilidade institucional”. Governistas, os *Republicanos*, os socialistas de “direita” (os que não se uniram à NFP como fez a ala reformista do partido) e o Reagrupamento Nacional-RN (ultradireita) foram contra aprovar um “governo da esquerda”. No dia 05/09, foi indicado por Macron o direitoista Michel Barnier como primeiro-ministro. Contava com apoio de sua bancada, além dos *Republicanos* e socialistas de direita, mas não com os votos suficientes para sua aprovação. Macron e Barnier recorreram à ultradireita para que sua indicação não fosse censurada na Assembleia Nacional (AN). Para a RN, Barnier é um “fóssil da vida política”, mas afirmou que se absteria de apresentar “moção de censura”. Com essa declaração, se abriu uma via para a formação de um governo de “unidade nacional” – na verdade, um governo de unidade entre direita e extrema direita, com “esquerdas” subordinadas.

Barnier já apresentou a lista de 38 nomes para compor o Gabinete de Ministros. Dezesesseis desses já estão em funções ministeriais. Dentre os “no-

vos”, há republicanos com posições ideológicas e políticas muito próximas da ultradireita: contra a imigração, o casamento “homofetivo”, o aborto, os subsídios aos imigrantes, manter direitos trabalhistas, etc. As ameaças de “censurar” um governo da NFP e sua recusa em fazer o mesmo com Barnier demonstram que a RN poderá tanto condicionar como impor partes de seu programa ao novo governo, em troca de garantir sua estabilidade na AN. Nos fatos, Barnier e Macron passaram a depender dos ultradireitistas na AN e, portanto, quanto mais à direita e mais reacionária seja a política do novo governo, mais se fortalecerá a RN – eleitoral e politicamente.

A NFP denunciou a nomeação de Barnier como um “golpe contra a democracia”, uma vez que os “resultados das urnas foram apagados”, afirmaram. Apresentou um “voto de censura” contra Barnier e Macron, mas foi derrotada. Isso acontece porque, como assinalamos no jornal OI 17 (julho, 2024), o acordo eleitoral da NFP com Macron, para barrar a vitória da extrema direita, acabou fortalecendo-a, porque continua em ascensão a tendência da burguesia de assumir posições reacionárias e chauvinistas.

A NFP saiu do pleito eleitoral como força eleitoral majoritária, mas é incapaz de impor seu governo à burguesia, e cumprir suas promessas eleitorais. A RN ficou como terceira força na AN, mas passou a condicionar o governo e suas medidas. Ainda que a burguesia francesa não precise de um governo frente-populista, já que seu reformismo (ainda que ultra-limitado) se choca de frente com a política de contrarreformas, ataques e ajustes, é graças à subordinação dos frente-populistas à democracia burguesa (manifestada no “acordão” que salvou Macron do vexame eleitoral) e suas constantes traições aos movimentos, que a burguesia nem precise recorrer aos métodos fascistas – por enquanto.

Erguendo as reivindicações que defendem a vida das massas, se podem desenvolver os métodos da ação direta para impô-las, e assim elas irão avançar na sua independência de classe, e poderão abrir uma via para a revolução, por meio da luta de classes. A tarefa imediata é a de ajudar as massas a romperem com os reformistas frente-populistas que as enganam e desviam, usando-as para servir de base de manobras para a burguesia continuar destruindo as condições de vida e trabalho. ●